



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 39

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 1 de outubro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada das/os Sras./Srs. Deputadas/os, iniciou-se os trabalhos com o **Debate de urgência sobre "Análise do Investimento Público"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tendo iniciado o debate o Sr. Deputado Sérgio Ávila, usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Francisco César (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*Chega*), Tiago Lopes (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Independente*), António Lima (*BE*), as Sras. Deputadas Alexandra Manes (*BE*), Bárbara Chaves (*PS*), Délia Melo (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*), o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mota Borges*), o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*) e a Sra. Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*).

De seguida, passou-se para o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XII – “Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelas Representações Parlamentares do PAN e do IL.

Apresentada a iniciativa pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), pediram a palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*) e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Depois, foi aprovado por unanimidade o **Projeto de Resolução n.º 73/XII – “Segunda alteração à Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, que aprova o elenco das Comissões Especializadas Permanentes”**.

Antes de dar por encerrados os trabalhos, usaram da palavra para proferir intervenções de despedida parlamentar as Sras. Deputadas Bárbara Chaves (*PS*), Vânia Ferreira (*PSD*) e os Srs. Deputados Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*) e Carlos Ferreira (*PSD*).

Por fim, a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de setembro** recolheu a aprovação por unanimidade da câmara.

Os trabalhos terminaram às 15 horas 58 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
Andreia Martins Cardoso da **Costa**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Célia Otelinda Borges **Pereira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria Isabel Góis **Teixeira**
Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**
Mário José Dinis **Tomé**
Miguel António Moniz da **Costa**
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**
Rui Filipe Vieira **Anjos**
Sandra Micaela Costa Dias **Faria**
Sérgio Humberto Rocha de **Ávila**
Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Délia Maria Melo

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Marco Nuno Costa e Silva

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos iniciar os nossos trabalhos desta reunião com o **Debate de urgência sobre "Análise do Investimento Público"**, uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes: o Partido Socialista e o Governo dispõem de 28 minutos; o PSD de 24; o CDS-PP de 14; o Bloco de Esquerda e o PPM de 12 minutos; as representações parlamentares de 10 minutos; e o Sr. Deputado Independente de 5 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra pelo Partido Socialista o Sr. Deputado Sérgio Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A execução do Plano de Investimentos constitui uma matéria das mais estruturantes do debate desta Assembleia.

No dia em que será apresentada a Anteproposta do Plano de Investimentos para 2022, e tendo em conta que já é conhecida a execução da primeira metade do ano, é o momento de analisar, refletir e debater a capacidade de execução dos investimentos aprovados para este ano.

Importa recordar que no debate do Orçamento, foi anunciado pelo Governo e pelos partidos que compõem o Governo que este ano o Plano de Investimentos seria totalmente executado e assumido esse compromisso perante esta Assembleia.

Foi afirmado, repetida e exaustivamente, que se devia comparar o executado nos anos anteriores com o orçamentado para este ano, porque este Governo, assegurava convictamente que iria executar a totalidade do proposto.

Tendo passado já a primeira metade do ano, tendo por base o relatório de execução financeira do plano já divulgado pela Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais, e quando se começa a debater o plano do próximo ano, é pois, o momento certo para avaliar a capacidade de execução deste Governo, de acordo com os objetivos que o próprio anunciou.

De acordo com a execução do plano publicada pela Direção Regional de Planeamento, no primeiro semestre, foi executado apenas 29% do investimento previsto para este ano, ou seja, estava ainda por executar mais de 517 milhões de euros do previsto.

Curiosamente, no ano passado, na mesma altura, estavam já executados 43,2% do plano de investimentos, ou seja, estavam concretizados mais 54 milhões de euros do que o investimento que está concretizado na mesma altura este ano.

Isto, é bom lembrar, apesar da região ter estado o ano passado, em mais de metade desse período, em confinamento total devido ao Covid, com as pessoas em casa, os serviços e as empresas fechados.

Este ano sem estes fortes condicionamentos, afinal a execução foi muito inferior ao prometido e anunciado e ao valor tão criticado no ano anterior.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Mas se no primeiro semestre de acordo com os dados oficiais o investimento executado baixou 54 milhões de euros face ao ano passado, ao contrário a despesa corrente consolidada, conforme demonstra também o boletim de execução orçamental da DROT, aumentou este ano, 37 milhões face ao mesmo período do ano anterior.

Sabemos que a justificação, sem fundamento, para a baixa execução irá assentar na data da entrada em vigor do plano, mas a realidade é que o regime duodecimal em vigor a partir do início do ano permitia a execução plena dos investimentos previstos, inclusivamente, a introdução de novas ações não sendo por isso essa condicionante à baixa execução do plano.

Mas se em termos globais a situação é preocupante torna-se totalmente incompreensível quando se procede à análise detalhada da capacidade sectorial da execução do plano de investimentos.

Verifica-se uma enorme diferença entre o anúncio e a realidade, em termos concretos e objetivos.

Uma enorme diferença entre o que se diz que se vai fazer e o que realmente se faz.

Uma enorme diferença entre o que se promete e o que se concretiza.

Por exemplo, na educação o Governo anunciou investir 9,3 milhões de euros no apoio social escolar, mas sabem quanto foi efetivamente investido nos primeiros seis meses deste ano no apoio social escolar: zero, como foi também zero o investimento na aquisição de equipamentos escolares.

Na saúde no projeto “apetrechamento e modernização das unidades saúde”: nos primeiros seis meses do ano não foi concretizado qualquer investimento do Plano, no projeto “capacitação do sistema de saúde” estavam por executar ainda 89% da dotação prevista, ou seja, dos 16,5 milhões de euros, foram investidos em seis meses apenas 2 milhões de euros dos 18,5 milhões anunciados.

Na aérea dos transportes, no projeto “infraestruturas e equipamentos portuários e aeroportuários” dos 13,1 milhões de euros previstos só foi concretizado 330 mil euros, ou seja, apenas 2,5% e no projeto “coesão territorial-transportes”, no primeiro semestre deste ano não teve qualquer execução dos 6,5 milhões previstos.

Mas também preocupante é que dos 36 milhões de euros previstos para investimentos do projeto recuperação dos estragos do furacão Lorenzo no âmbito dos transportes, tenham sido apenas investidos 4 milhões de euros, ou seja, estando por executar 90 % do orçamentado.

É preciso perceber também porque no âmbito das obras públicas dos 28,5 milhões de euros de investimentos previstos nas áreas da educação, saúde, apoio às pescas e orla costeira, equipamentos culturais, e parques de ciência e tecnologia entre outras, englobados nos projetos 12.15 a 12.24 do plano, não tenha sido despendido, nos primeiros seis, um único cêntimo, ou seja, não tenha havido no primeiro semestre qualquer execução.

São apenas alguns, dos muitos exemplos que demonstra que em termos globais e em termos sectoriais este Governo anunciou muito e tinha executado muito pouco.

Esta realidade demonstra a incapacidade deste Governo para falar menos e fazer mais para não parar a Região.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso a urgência deste debate, quando se inicia a análise do plano de investimentos para o próximo ano, pois é necessário que os agentes económicos, parceiros sociais e todas as entidades que irão proceder à sua análise, compreendam a razão desta baixa execução e assim poderemos avaliar todos a credibilidade e a efetiva capacidade de execução.

Quem, como os deputados dos partidos que agora apoiam o Governo, consideravam que uma taxa de execução de 79%, que foi a média dos últimos quatro anos, era uma baixa execução, devem estar com certeza também preocupados com os resultados da execução do primeiro semestre que não correspondem em nada ao que tinha sido prometido e anunciado no debate do Plano e Orçamento.

Não iremos afirmar como fez o Sr. Deputado do PSD, António Vasco Viveiros, no debate sobre a mesma temática em junho de 2018 que, perante uma taxa de execução de 72,2% concluiu e cito que era “um descredito e uma forma de enganar os açorianos” (fim citação) ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou como voltou a afirmar o mesmo deputado, em novembro do mesmo ano “uma falta de credibilidade” ou “uma propaganda de milhões” (fim de citação).

Não teremos essa postura. Não iremos proferir este tipo de críticas perante o atual nível de execução do investimento já conhecido.

Mas os resultados atingidos demonstram um Governo que é muito mais rápido no anúncio e muito parado na execução do anunciado.

Por isso, promovemos este debate, para que esta trajetória seja alterada, para que o baixo ritmo de execução não faça parar a região.

É com esta postura construtiva que estamos neste debate, porque a bem dos Açores e dos Açorianos ainda estamos a tempo de alterar o rumo, corrigir os procedimentos, alterar a postura e com humildade reconhecer a realidade, porque é possível fazer mais e melhor.

É isso que os açorianos pretendem, é isso que os açorianos merecem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está aberto o debate. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Sérgio Ávila, nós estamos já em outubro e de facto vou começar por me referir à posição inicial, que é a questão mais objetiva, e depois também tecerei alguns comentários e retificações relativamente ao relatório que referiu de execução financeira do primeiro semestre.

Começamos então pela posição atual da execução do plano reportado e em comparação a posição que vou apresentar é a de 24 de setembro e vou compará-la com a situação de 30 de setembro do ano passado de 2020.

A nossa situação atual (e depois posso dizer departamento por departamento), o total de compromissos a 24 de setembro é de 68% e a taxa de execução, portanto, os pagamentos efetuados, são de 46%.

O ano passado, a 30 de setembro, portanto, uma semana mais tarde, o XII Governo tinha compromissos de 67% e tinha a execução 48,7%, mas já tinha feito o aumento do capital da Sata de 50,5 milhões de euros.

Portanto, relativamente a este ano ... Portanto, a execução do ano passado do XII Governo foi de 75%. O XIII prevê executar acima de 80% estando a aguardar as indicações da direção geral 16 para poder fazer o aumento de capital da Sata. Portanto, tem a sua situação preparada para acudir e para resolver o conjunto que diz respeito à execução do plano e também à concretização do aumento de capital da Sata.

Mas vamos também à posição um pouco falaciosa do primeiro semestre. É evidente que podemos dizer que o plano só entrou em vigor a 1 de junho, porque é uma verdade, mas não é uma desculpa, é uma verdade. Vamos comparar as duas situações, porque também é relevante, porque às vezes o tom e a forma como se trazem os números podem indiciar alguma manipulação. Porquê?

Quando se diz 29,3% que compara com 43,2, Sr. Deputado Sérgio Ávila, tem que ver que 43,2 eram para o plano de 619 milhões de euros, depois aumentou para 748, que é o que compara com os 732. Os 619 é muito baixo e nos 43,2 já tinha incluído o aumento de capital da Sata. Se tirar já só tinha 35,8 e se fizesse sobre os 748 estava igual.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Vai ser, porque os senhores deixaram a Sata no estado em que está e é preciso reservar verbas para fazer o aumento de capital.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

É nesse sentido que quero iniciar por rebater a posição. Portanto, vamos ter uma execução que nos orgulhará, estamos a exercer as nossas funções com toda a disciplina e considera o Secretário Regional das Finanças em representação do XIII Governo que está tudo a correr bem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: Fiquei surpreendido, porque pensei que não fosse o Sr. Deputado Sérgio Ávila a iniciar este debate, até porque a matéria que falou é uma matéria que domina, mas tem informações que estão publicadas em anos anteriores e, portanto, sabia que qualquer um dos deputados desta Casa iria analisar os valores de anos anteriores.

Mas começando por aquilo que afirmei em anos anteriores, mantenho. Mantenho que taxas de execução de 70% não são boas.

Deputado Carlos Silva (PS): E de 29?

Deputado Francisco César (PS): Zero!

O Orador: Taxas de execução, no caso do Governo anterior, que na legislatura não executou 514 milhões de euros inscritos em sucessivos planos não é bom.

Aliás, percebo que quem teve uma taxa de execução em que deixou de executar 514 milhões de euros em quatro anos à primeira oportunidade com a publicação do relatório de execução do primeiro semestre venha aqui atirar com números sabendo que a análise detalhada desmonta.

O Sr. Secretário já desmontou parte daquilo que disse o Sr. Deputado Sérgio Ávila, mas eu diria ainda o seguinte. Comparando a execução em termos de valor do primeiro semestre de 2021 com 2020 há aqui uma única diferença de 54 milhões de euros, mas se olharmos para esses 54 milhões de euros há aqui questões interessantes. Por exemplo, das SCUT que estavam já executados pelo seu Governo no primeiro semestre 67%, ou seja, 24 milhões de euros correspondendo naturalmente ao pagamento de rendas atrasadas de anos anteriores.

Relativamente às parcerias público-privadas estavam pagos 9 milhões de euros correspondendo a quase 80% das rendas do ano todo, ou seja, pagamentos de anos anteriores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

No caso do serviço público de transporte aéreo de passageiros e marítimo estavam pagos já na altura, primeiro semestre, 77%, ou seja, esses 32 milhões de euros que é o somatório daquilo que citei agora fazem com que a diferença para o plano para a execução do primeiro semestre seja apenas de 20 milhões de euros.

Mas a questão não se fica por aqui. O Sr. Deputado Sérgio Ávila citou o caso da educação, de investimento na educação apetrechamento, e no caso da saúde. Bom, mas o que é que tinha o Partido Socialista?

Deputado Francisco César (PS): Tinha mais!

O Orador: No mesmo período, em 2020, tinha inscritos 22 milhões de euros para apetrechamento na área da educação e tinha executado 320 mil euros, ou seja, não tinha executado nada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E na área da saúde, dos quase 2 milhões que tinha inscrito, tinha executado zero. Portanto, é o próprio antigo Vice-Presidente que tinha a responsabilidade dessa área que vem agora aqui apresentar números do primeiro semestre e como sabe a questão dos duodécimos não é taxativa, porque novos programas e novos projetos só puderam ter execução após a aprovação do plano. Portanto, o Sr. Deputado Sérgio Ávila esteve mal nesta iniciativa. Sei que era preciso preencher a agenda da semana toda, mas relativamente à execução do plano foi precipitado vir aqui com 29% que é um valor baixo, mas que tem explicações e que tem a ver também com aquilo que é o atraso do ano.

Deputado Francisco César (PS): Claro, está tudo bem!

O Orador: O que fica é que aquilo que nós pensamos em 2017, 18, 19, 20 relativamente à execução mantem-se, ou seja, se o Governo (e aplica-se a este Governo) tiver baixas execuções também está a cometer os mesmos erros que teve o Governo do Partido Socialista repetidamente ...

Deputado Miguel Costa (PS): Está a enganar os açorianos. Essa é que é a verdade!

O Orador: ... e aquilo que disse o Sr. Secretário é que a execução este ano, apesar dos constrangimentos e daquilo que são as limitações do Covid, será uma taxa de execução muito acima dos 80% e é aquilo que esperamos.

Aliás, os dados do terceiro trimestre, de 24 de setembro, desmontam aquilo que são os dados do primeiro semestre.

Para já, fico-me por aqui. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente.

Vamos começar pelas questões que são objetivas. Neste debate nós mantemos exatamente, como referi, os mesmos critérios de análise que fazíamos no passado. Quem disse que essas taxas (repite!) médias de 72,2% era enganar os açorianos não fomos nós, foram os senhores, dessa bancada.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Bastos e Silva): Isso é passado! Vamos ao futuro!

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): E é verdade!

O Orador: Portanto, vamos à objetividade que é efetivamente importante. Conclusão: a 24 de setembro efetivamente a execução real e financeira do plano deste ano ainda é percentualmente mais baixa que do ano anterior. Mas nós não estamos aqui só a comparar com o anterior. Estamos a comparar com o que foi

assumido nesta Casa no debate do orçamento deste ano e há imensas citações das Sras. e dos Srs. Deputados, das Sras. e Srs. Membros do Governo, com o compromisso objetivo de que este ano íamos executar na totalidade o plano e é isso que pretendemos que aconteça. O nosso debate é construtivo, é para alertar se é preciso corrigir trajetórias, se é preciso corrigir rumos, vamos fazê-lo, porque é esse o nosso objetivo, por isso o fazemos agora. Não o fazemos com o sentido crítico que foi feito há dois anos sobre taxas de execução. Fazemos com o sentido construtivo de, sendo no dia em que estamos a iniciar a discussão do próximo, possamos todos assegurar a melhor execução, mas não asseguramos a melhor execução com desculpas, Sr. Secretário.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Bastos e Silva): Mas isto não são desculpas!

O Orador: O Sr. Secretário referiu que o ano passado, na mesma altura, a execução do plano derivava essencialmente dos aumentos de capital da Sata.

Ora bem, a execução do primeiro semestre deste ano dos 214 milhões de euros que estão executados, 57 milhões é para transporte aéreo, ou seja, da execução de 29%, 26% dessa execução, um quarto, é só no projeto de transporte aéreo e marítimo. É esta a realidade deste ano.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Bastos e Silva): Também era o ano passado!

O Orador: Segundo aspeto. O Sr. Secretário disse uma coisa que é comparar 46% com valor base mais baixo com 29% do valor inicial mais baixo não deveria ser feito. Por isso, nós fizemos a comparação mais correta. Valores totais de execução, primeiro semestre de um ano, primeiro semestre do outro: no ano passado, no primeiro semestre, apesar de três meses de pandemia, em que estavam as empresas fechadas, estavam todos confinados, a execução foi 54 milhões de euros superior àquela que foi este ano.

Mas mais! Como eu referi, não é isso que nos preocupa. O que nos preocupa é essencialmente é sectorialmente na política de cada setor a situação de execução preocupante que tem. É injustificável determinadas taxas. Não é a percentagem, não é o número, é aquilo que se reflete para as pessoas, é aquilo que se reflete para as empresas, é aquilo que se reflete para prioridades aqui anunciadas como prioridades estruturantes.

Por isso, aqui estamos para trabalhar com a melhor execução, para trabalhar por valores que assegurem que a Região não esteja a parar e que aquilo que é prometido corresponda àquilo que seja cumprido.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito rapidamente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Sérgio Ávila, a questão aqui é falaciosa, porque nós estamos no primeiro semestre e sabe que há valores que só poderiam ser executados após a aprovação do plano e que têm os seus *timings* adequados e há outros que não, mas voltou a falar na Sata. Já citei os números. No primeiro semestre de 2020, entre as SCUT, as PPP do Hospital de Angra e o serviço público e transporte aéreo há mais 32 milhões de euros do que este ano com taxas de execução no primeiro semestre elevadíssimas.

Portanto, em termos de execução financeira entre o primeiro semestre em valor, entre o primeiro semestre 2020 e 2021, nós temos uma diferença de 20 milhões de euros para um Governo e para um plano que foi aprovado em junho.

Portanto, as suas conclusões (e sabe bem que não têm razão) são falaciosas neste período. Quando chegarmos ao final do ano com as contas fechadas alguns dos argumentos que utilizou poderão ser verdade, não são verdade no primeiro semestre e sabe bem que não tem razão nessa matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Partido Socialista tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Educação:

A Sra. Secretária Regional da Educação, aquando da discussão do plano de investimentos dizia o seguinte: “Ora, mais vale anunciar pouco e fazer muito, do que fazer como outros que anunciavam muito e nada faziam.” Disse a Sra. Secretária.

A pergunta que lhe faço é como é que a Sra. Secretária justifica que na execução do plano de investimentos deste ano na sua área, na educação, tem cerca de 21 milhões previstos para executar e executou dois milhões. 21 para executar, executou dois milhões.

Como é que a Sra. Secretária Regional justifica que em matéria de apoio social (Sra. Secretária da Educação estou a falar para si), ou seja, aquilo que está afeto no plano para pagar cantinas, transportes escolares, apoio aos alunos mais

carenciados e material, a Sra. Secretária Regional tenha nove milhões para gastar?

Sabe dizer a esta câmara quantos milhões é que executou em seis meses, sabe?

Eu posso lhe dizer. De nove milhões para ajudar as crianças mais carenciadas, para pagar as cantinas, para pagar os transportes escolares, em seis meses a Sra. Secretária pagou zero. Zero!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): As crianças não comeram!

Deputada Sandra Faria (PS): Devia ter mais respeito!

O Orador: Comeram! Não se pagou.

Como é que a Sra. Secretária Regional justifica que para as escolas digitais, bandeira da Sra. Secretária e bem (e bem!), a Sra. Secretária tenha tido uma execução, ou seja, do que tinha previsto cumpriu cerca de 2%, não cinco, não 10, não 20.

Em seis meses (e atenção que a desculpa de não haver orçamento não é motivo para não execução do plano, como a senhora bem e sabe e quem não sabe fica a saber, não é desculpa!) a senhora executou 2%!

Como é que em termos de processos pedagógicos a senhora executou 1,8%?

Isto quer dizer que a sua secretaria na prática só conseguiu executar cerca de 14% daquilo que tinha previsto.

Isto é grave e eu não quero comparar com o passado, porque até o passado nos poderia ser favorável nesta matéria.

(Risos da bancada do PSD)

É grave por uma questão de coerência, é grave por uma questão de compromisso, porque os senhores assumiram perante as pessoas que iam fazer um conjunto de medidas e traçar um conjunto de políticas. O facto é que este

Governo bateu dois records. O primeiro record foi batido claramente, que foi o das promessas; o segundo foi batido claramente, que foi o de não as cumprir.

Infelizmente é isso que temos da Sra. Secretária e aquilo que lhe peço é que justifique para que a gente possa, ainda temos algum tempo, melhorar o caminho que tem vindo a ser seguido.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Deputado Francisco César é uma intervenção que no mínimo poderá ser adjetivada de surrealista,...

Deputado Francisco César (PS): É baseada em factos!

O Orador: ... porque toma como estratégia a conceção de uma ideia e depois vai à procura da realidade para consistência a essa ideia. É uma intenção. Quando nós sabemos que as coisas são exatamente o contrário. É a realidade que determina a ideia daquilo que nós queremos transmitir. No caso concreto, naquilo que o Sr. Deputado Francisco César diz sobre as taxas de execução e os valores executados na área da educação, qualquer açoriano de bom senso dispensa a análise do documento que está na base desta interpelação do Partido Socialista.

Deputado Miguel Costa (PS): Dispensa!?! Não interessa!

O Orador: Dispensa pela seguinte razão, nomeadamente naquilo que toca à educação. Diz o Sr. Deputado Francisco César que o Governo Regional executou nos primeiros seis meses deste ano zero euros no apoio social aos nossos alunos, ou seja, em refeitórios escolares, em transporte escolar, em material escolar, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E é mentira?

O Orador: ... em manuais escolares, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não está é pago!

O Orador: Coisa espantosa! Porque nesses seis meses os nossos alunos deixaram de comer nos refeitórios.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: É verdade que durante algum tempo os refeitórios estiveram fechados por via da pandemia, mas antes e depois dos encerramentos a que sujeitos alguns estabelecimentos de ensino os nossos alunos deixaram de comer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E surreal é a intervenção do Sr. Deputado Francisco César!?

O Orador: Não foram transportados das suas residências até aos estabelecimentos de ensino. Não dispuseram do material escolar aqueles que são carenciados e são carenciados nos Açores mais de 66% dos alunos que frequentam o nosso sistema Educativo Regional, fruto da Governação Socialista, que nos atirou para esses níveis de indignação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Mas esses alunos carenciados não dispuseram de material escolar, “nem tiveram os manuais escolares, porque a taxa de execução foi de zero euros.

Oh, Sr. Deputado, há de convir que a Região é pobre, mas a sua intervenção, o argumento que induziu, fui um argumento de grande pobreza, porque não tem correspondência com a realidade.

Deputado Francisco César (PS): Não pagaram!

O Orador: Eu sei que o senhor ainda poderá dizer que os senhores adquiriram, mas não pagaram. Mas que coisa curiosa também! Os empresários, as empresas, que com um grau de liberdade que hoje nós temos na Região que é maior do que num passado recente, não há notícia de atrasos, atrasos de que seriam no mínimo de seis meses. Não há notícia de atrasos.

Deputado Francisco César (PS): Há, sim senhor!

O Orador: Não ouvimos reclamações das várias câmaras do comércio dos Açores, nem de outras associações empresariais reclamando o pagamento do fornecimento de bens alimentares, de material escolar, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Bem se viu no pagamento das refeições escolares!

O Orador: ... de manuais escolares, ou de transporte escolar. Então o que é que aconteceu? Este Governo tem uma taxa de execução tão baixa na área da educação?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah pois! A pergunta é essa, o que é que aconteceu!?

O Orador: Este Governo dia sim, dia não, diria, é motivo de notícia, mas não pelas razões trágicas que os senhores aqui nos trazem. Antes pelo contrário! Este Governo é notícia dia sim, dia não na área da educação, mas é porque resolveu o problema de mais de 300 professores que estavam precários há 10, 12, 15 e mais anos no sistema educativo regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Este Governo é notícia na área da educação por ter integrado no quadro mais de 200 funcionários não docentes.

Este Governo é notícia na área da educação por ter adquirido e já estar a distribuir mais de quatro mil computadores portáteis e mil tablets ...

Deputado Francisco César (PS): E quanto é que custa? Não estão é pagos!

O Orador: ... para o sistema educativo regional, permitindo com isso, sim, proporcionar condições para a aprendizagem do digital e a precaver-se para situações em que os alunos tenham de voltar ao ensino à distância.

Este Governo está a resolver, nomeadamente, pondo já em execução as obras de remodelação da Escola dos Arrifes, da retirada do amianto, que devia estar concluído segundo o compromisso e obrigação que o Governo Regional do Partido Socialista tinha de fazê-lo até julho de 2019 e este Governo Regional é que iniciou as obras.

Deputada Sandra Faria (PS): O senhor conhece o processo?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vejo que o Sr. Deputado não está preparado para este debate!

O Orador: Portanto, eu acho espantoso que o Sr. Deputado em síntese venha que a taxa de execução na ação social escolar é zero e não haja reclamação nem dos alunos, nem dos pais, nem dos fornecedores para aquilo que efetivamente foi executado durante este período.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Educação** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Por partes, Sr. Deputado Francisco César.

Primeira parte, escolas digitais. É uma ação da exclusiva responsabilidade deste Governo, do plano deste Governo, mas ao contrário do que outros fizeram nós pagamos quando temos o material entregue nas nossas escolas e foi o que aconteceu com os quatro mil portáteis ...

Deputado Francisco César (*PS*): Já está pago?

A Oradora: ... que já foram entregues nas nossas escolas em setembro e que foram pagos em setembro e é o que vai acontecer com os mil tablets que estão neste momento a ser distribuídos nas nossas escolas, após serem entregues também serão convenientemente pagos. Aquilo que não podemos fazer é pagar em junho por material que vai ser entregue às escolas em setembro, correndo o risco depois dele vir com defeito e a gente depois ter um problema com o pagamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Já no que respeita à ação social escolar, material escolar, transportes e refeições, são contratos que são firmados antes do arranque do ano letivo e, portanto, os contratos que foram pagos, firmados e comprometidos foram até pelo Governo anterior relativamente ao lançamento deste ano letivo.

Deputado Francisco César (*PS*): E então?

Deputada Andreia Costa (*PS*): Desculpe?

A Oradora: Estamos nós agora a lançar e lançámos nos contratos no âmbito da ação social para a preparação para o próximo ano letivo. Mas deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, se a vossa preocupação, se a preocupação da bancada socialista é uma preocupação para o futuro, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como, Sra. Secretária!?

A Oradora: ... para que haja uma correção para o futuro, não é preciso, deixe-me que lhe diga, fazer correção alguma. Nós não só já executámos tudo aquilo que estava previsto na ação social escolar, como fizemos um reforço e temos uma execução a 100%.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sra. Deputado Miguel Costa.

Prescinde? Pede a palavra?

Tem a palavra, Sr. Deputado, faça favor.

(*) **Deputado Miguel Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo também com uma citação: “O vosso plano é um embuste, um conjunto de notícias falsas. São falsos, mentem e criam expetativas falsas.” O Deputado Paulo Estêvão quando a execução do Plano e Orçamento era acima dos 75%.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Quando é que foi isso? Já está nas catacumbas!

O Orador: Mas para este ano os mesmos protagonistas que faziam estas citações, como o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, em que já aqui tentou

de alguma forma desculpar-se, na discussão do Plano diziam a pés juntos “este seria um Plano e Orçamento real e que seria integralmente executado”.

Já ouvimos aqui, agora, também o Sr. Deputado Joaquim Machado a dizer que este documento não interessa para ninguém, para nenhum açoriano, nenhum açoriano inteligente deve olhar para este documento, basicamente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a precisar dum aparelho auditivo!

O Orador: A seguir vem o Governo dizer que ... Quer dizer, este é o único documento que temos acesso, o senhor está a querer dizer que este documento é falso. Só se é isso! Porque é o único documento que temos realmente acesso.

Mas como importa realmente aqui é olhar para a frente, olhar para os Açores, olhar para o futuro, importa aqui deixar duas ou três questões que julgo serem da maior importância ver esclarecidas e pergunto ao Sr. Secretário Regional dos Transportes: como é que no projeto 10.8 “Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias”, onde se incluem portos, marinas e aeroportos de toda a Região, o Governo em 13 milhões de euros previstos em plano apenas executou 350 mil euros?

Mais uma questão, Sr. Secretário: como é que explica que no projeto 10.12 “Coesão Territorial de Transportes” em 6,5 milhões o senhor executou zero euros?

Mais! Como é que no projeto 10.13 (espero que esteja a tomar nota para depois me esclarecer) “Recuperação dos efeitos do furacão Lorenzo” dos 36 milhões inscritos no plano e que o senhor não sabia discriminar na altura, espero que já o consiga fazer, faltam executar 32 milhões? Executou apenas quatro milhões.

Isto quando o Sr. Secretário em discurso do Plano e Orçamento, nesta Casa, dizia que estava previsto dar continuidade às obras e lançar todas as outras que já estavam em carteira “acelerando a sua execução”, disse isso *ipsis verbis*. “Acelerando a sua execução”!

No primeiro semestre falta executar 90%. Não parece que isso seja sinónimo de aceleração.

Termino, Sr. Secretário, dizendo que isto é um Governo que promete e anuncia mil e faz dez, quando consegue fazer dez.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para desanuviar um bocadinho, como hoje é o Dia Internacional do Idoso eu tinha que pedir a palavra.

Mas o seguimento deste debate remeteu-nos para 30 de junho e nós estamos a 1 de outubro, ou seja, nós estamos a meio do segundo semestre a discutir ainda os números do primeiro semestre como se fossem esses os números reais, quando o que me interessa aqui agora saber ...

É isso que eu vou fazer. Vou fazer perguntas ao Governo...

Deputado Francisco César (PS): É o que estamos a fazer!

O Orador: ... que é aquilo que os senhores inscreveram regimentalmente, interpelar o Governo, mas não estão a interpelar o Governo sobre o que o Governo fez de junho até agora, estão a dizer que o Governo até junho não fez. A questão é essa.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: O senhor deixa-me fazer as perguntas?

Deputado Francisco César (PS): À vontade!

O Orador: Isso parece (já que estamos no Dia Internacional do Idoso) estão a ver aquele camarote do *Muppet Show*, Statler and Waldorf? É isso mesmo, Sr. Deputado!

Interessa, por exemplo, saber...

Deputado Francisco César (PS): Olhe para as suas companhias!

O Orador: Não se preocupe com as minhas companhias. Preocupe-se com as suas, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): São boas!

O Orador: Não sei se são. Olhe para o António Costa!

Interessa-me, por exemplo, saber relativamente aos meios auxiliares de manobra para o Porto de Ponta Delgada, que não são só para o porto de Ponta Delgada, são para servir todos os portos dos Açores, o que é que foi de facto executado, porque eu andei à procura e não encontrei sequer um contrato programa com a Portos dos Açores para dar seguimento até a algum trabalho que essa empresa já tinha detrás feito. Era importante saber da parte do Governo que resposta tem para nos dar nesta matéria.

Importa também saber, no seguimento até de um requerimento que entreguei aqui, nesta Casa, sobre as obras que estavam para ser lançadas, os concursos públicos, sobre a recuperação dos danos do furacão Lorenzo, se o Governo está em condições de assegurar a esta câmara que se até ao prazo previsto pela resolução do Conselho de Ministros vai ser possível lançar essas obras e assim irmos buscar os fundos que estão nessa resolução de Conselho de Ministros previstos.

Fiz um requerimento, disseram-me que sim, mas na prática não está feito. É preciso que o Governo esclareça também a câmara sobre este assunto.

Por fim, era também importante perceber o que é que foi feito, por exemplo, na medida 10.2 que o Sr. Deputado Miguel Costa falou há pouco, de junho até

agora, porque de facto não é razoável continuarmos a ter, três meses depois do encerramento do primeiro semestre, zeros, zeros, zeros no documento tal como ele nos chegou.

Portanto, esses esclarecimentos eu agradecia que o Governo desse à câmara para ver se de facto foi feita essa execução ou não foi feita execução.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente.

A intervenção da Sra. Secretária Regional da Educação sobre o montante de execução do apoio social escolar tenho que lhe dizer que a senhora não está com conhecimento daquilo que falou, porque a senhora fez uma confusão absoluta e completa. Disse que os contratos são feitos por ano letivo. Certíssimo! Mas são pagos mensalmente de acordo com a execução.

Os dados que foram revelados em junho é que no primeiro semestre deste ano, ou seja, em relação ao anterior ano letivo, segundo e terceiro trimestre a execução foi zero.

A pergunta é: porque é que não foi transferido para as escolas nem um cêntimo da dotação prevista, porque os 9 milhões 320 não é para pagar o próximo ano letivo como a senhora tentou fazer crer, é para pagar o ano civil de 2021.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo trimestre e terceiro no anterior ano letivo e primeiro trimestre do novo ano letivo. Os dois trimestres do anterior ano letivo que eram da sua responsabilidade, de acordo com os dados de execução do seu Governo, a execução foi zero, ou seja, não foi transferido um único cêntimo para as escolas, para transporte escolar, para aquisição de materiais escolar e para as despesas das escolas das cantinas.

A questão é só porquê?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco César, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, eu gostaria de lhe questionar se o Governo ainda tem tempo ou se o tempo parou, porque parece-me haver algum problema da bancada do Governo que acabou de ser interpelada por nós.

Muito obrigado. Quanto tempo tem o Governo, Sr. Presidente?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Governo tem 21 minutos e mais uns segundinhos.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, faça favor.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiz uma pergunta objetiva, concreta à Sra. Secretária Regional da Educação e gostaria de ter a correspondente resposta, porque é uma pergunta objetiva e concreta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Educação tem a palavra. Faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Creio que tinha ficado esclarecido, quer com a intervenção inicial do Sr. Secretário das Finanças, quer com a minha, mas respondendo à sua questão, Sr. Deputado, a questão é muito simples.

Em julho deste ano nós já tínhamos pago (pago! Não eram compromissos assumidos!) mais de 3 milhões de euros.

A dotação da ação social escolar já que se prende com as preocupações da execução do Plano de 2021 deste Governo, não só foi executada, como foi reforçada e o grau de execução da ação social escolar está a 100%.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): 10 milhões de euros!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quando é que foi pago?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

O que a Sra. Secretária acabou de dizer é que confirma que no primeiro semestre deste ano, nos primeiros seis meses, não foi pago um único cêntimo, nem transferido para as escolas, nem para a ação social escolar? É isto que diz este relatório.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então o que se passa com o relatório?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Era só para informar a câmara e através dela também os açorianos que ao longo destes meses nunca houve um único dia, mas um único dia, em que houvesse qualquer falha de tesouraria na Secretaria das Finanças e que os pagamentos ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

... têm sido feitos com a regularidade de um relógio.

Deputada Sandra Faria (PS): Um relógio atrasado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Sr. Secretário Regional não se ria que isto não tem graça nenhuma!

O Orador: Portanto, querer criar aqui um caso inexistente reportado a uma pretensa informação específica e muito particular é, de facto, desviar as atenções para assuntos inexistentes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não tem graça nenhuma! Já vimos o tipo! É isto!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos aqui um Partido Socialista absolutamente desesperado. Um Partido Socialista absolutamente desesperado! Que se agarra a uma fotografia que tem

meses e que diz que não está pago. Por exemplo, na área da educação já lhe foi respondido que está tudo pago.

Agora, o que os senhores querem é de facto aproveitar o momento em que durante o primeiro semestre ainda não tínhamos o Plano e Orçamento aprovado,...

Deputado Francisco César (PS): Isso não tem nada a ver!

O Orador: ... isso significa para quem nos está a ouvir no debate que aquilo que está no Orçamento e Plano para este ano não podia estar a ser pago no mês de fevereiro ou no mês de março. Então se ainda nem sequer existia?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Se ainda nem sequer estava planeado! Se ainda nem sequer estava pensado!

Portanto, a questão é muito simples: isso é o desespero! Eu acho que é como os velocistas, que olhavam para Usain Bolt e olhavam nos primeiros 20 metros ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é falso!

O Orador: ... e estavam à frente nos primeiros 20 metros, mas sabiam que no final da corrida ficariam muito atrás.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Por isso, o que o Partido Socialista está aqui a discutir é inédito. Nunca assisti em 13 anos de Parlamento a uma discussão destas, que é: vamos introduzir este assunto enquanto é tempo, enquanto conseguimos colocar algum tipo de dificuldades ao Governo. Porquê?

Porque sabem que no final do ano os nossos resultados serão muito superiores aos que foram apresentados pelo Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nem o senhor acredita nisso!

O Orador: O que vos quero dizer também nesta matéria é que mantenho aquilo que disse: foi uma vergonha para a governação do Partido Socialista as taxas de execução de 60%. Não é aceitável! E Vs. Exas. já tiveram em períodos anteriores taxas de execução muito mais altas, o que acontece é que depois houve um decréscimo muito significativo no âmbito da execução que conseguiram obter.

Já agora Vs. Exas. nunca obtiveram uma taxa de execução de 100%. Nunca os governos do Partido Socialista conseguiram uma taxa de execução de 100%. Nunca!

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor vai conseguir!

O Orador: Eu não digo que vou conseguir eu só digo que vamos conseguir melhor do que aquilo que Vs. Exas. estavam a fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Especialmente no Corvo!

O Orador: Portanto, a questão aqui é esta: é o desespero! É o desespero da derrota eleitoral, é o desespero da situação em que se encontram, é o desespero ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

... de terem dito que não, “isto foi um azar apenas em 2020, agora o povo da próxima vez que for chamado às urnas vai compensar e mais demonstrar que o Partido Socialista é maioritário” e a verdade é que perderam e neste momento

os Partidos da Coligação e a Coligação governam 67% da população dos Açores no âmbito dos municípios e que ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

... esta coligação foi confirmada nas urnas com bons resultados, com excelentes resultados e com uma perda, com a perda eleitoral de Vs. Exas. muito significativa. E é isso que vos preocupa e é por isso que vêm com esta discussão absurda, porque sabem que muitos destes problemas que aqui estão a levantar em relação às taxas de execução estão ultrapassados e que neste momento todas estas questões são questões que estão em grande parte resolvidas e, por isso, o que interessa é a fotografia no final da meta.

Daqui não têm que esperar muito. Esperem apenas mais uns meses e já vamos fazer esta discussão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Miguel Costa. Faça favor.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para solicitar os esclarecimentos que foram pedidos ao Sr. Secretário Regional e que até agora não ouvimos uma única palavra.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Repare e atente-se na preocupação do Partido Socialista em trazer a esta Assembleia um debate de urgência sobre o investimento público reportando-se aos primeiros seis meses de um Governo de coligação governativa, depois de 24 anos de governação do Partido Socialista. Atente-se na oportunidade de trazer a esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores um debate sobre os primeiros seis meses de um Governo que tem apenas 10 meses de vida, que viu o seu Plano e Orçamento aprovado somente há quatro meses e veja a circunstância incessante de procurar algo que atire aos olhos dos açorianos de que este Governo não vai executar as taxas da forma que avançou.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é essa a questão!

O Orador: Esta vossa tentativa contrasta com a resposta que o povo dos Açores deu muito recentemente nas eleições autárquicas, um povo que tem esperança neste Governo, um povo que confia neste Governo e um povo que está ansiosamente á espera que Governo vai de uma vez por todas colmatar as falhar que 24 anos de governação socialista não resolveram. Não resolveram em vários setores da nossa sociedade.

Na educação verificamos aqui o Sr. Deputado Sérgio Ávila preocupadíssimo com a taxa de execução da Secretaria Regional da Educação como se os nossos estudantes durante estes meses que aqui estão não tivessem feito as suas refeições nos refeitórios escolares, não tivessem tido os seus transportes escolares, não tivessem tido os seus livros escolares.

O Sr. Deputado Miguel Costa faz aqui um conjunto de perguntas ao Sr. Secretário dos Transportes como se os portos dos Açores estivessem parados, não houvesse transportes de mercadorias, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Estão em greve, quase!

O Orador: ... não houvesse transportes marítimos rigorosamente para nada.

O caos que Vs. Exas. pretendem instalar com base em números nos primeiros seis meses de um Governo não tem, felizmente, correspondência com a realidade e não tem, porque a realidade demonstra efetivamente que este Governo é locomotiva que está a começar a avançar e como qualquer locomotiva inicia a sua marcha de forma mais pausada, mas firme, em direção a um resultado orçamental que estamos todos certos que vai orgulhar este Governo e o povo dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando dar aqui uma resposta às questões colocadas pela bancada do Partido Socialista, de uma forma especial pelo Sr. Deputado Miguel Costa, eu queria começar por dizer que serão sempre possíveis trazer aqui, ao plenário, perguntas para as quais a resposta não seja imediata, ou não seja satisfatória, do ponto de vista de quem coloca as perguntas.

Como habitualmente não me vou estender aqui em números para dar satisfação ... Vou responder àquilo que é perguntado naquilo que eu souber, mas não vou entrar em detalhes que podem ser sempre transmitidos, digamos, a esta Casa, pelas vias alternativas, de forma a que fiquem conhecedores dos detalhes.

Naquilo que é relevante e que me parece que é importante referir relativamente às obras portuárias elas já estavam alinhadas em boa medida as do Lorenzo quando nós tomámos posse. Tinham características que criavam algumas delas necessidade de intervenção para fazer ajustes quer à realidade física, quer à realidade associada ao respetivo financiamento e, portanto, também apanhámos numa fase em que os empreiteiros sofriam daquilo que eram as consequências da situação pandémica que se vivia e que tinha repercussões naquilo que era a mobilização de mão-de-obra adequada e de equipamento. Mesmo assim nós fizemos as diligências necessárias para aquelas que eram mais críticas terem um ritmo compatível com as estações do ano, de forma a que quando se aproximasse o inverno seguinte não tivessem consequências semelhantes àquelas que padecemos no passado inverno, nomeadamente aquela que maior atenção prestámos foi à da ponte cais das Lajes das Flores que neste momento está a um ritmo bastante bom e temos uma execução já de 52% da obra.

Relativamente a Santa Cruz das Flores está praticamente terminada. A das Lajes do Pico, apesar da consignação já ter sido feita há alguns meses, o facto de haver necessidade de organizar a obra é também em função das estações.

Deputado Miguel Costa (PS): Essa foi cara!

O Orador: Foram alinhados os trabalhos de forma a se começar por construir os elementos de colocação no molhe que estão em movimento, mas que não têm produção ainda em termos financeiros e de faturação que dê uma expressão significativa ao estado de andamento da obra. Daí que nas Lajes do Pico não chega aos 10%.

O Porto de Pipas tem uma execução de praticamente de 49% e, portanto, nós contamos ter ainda dentro de pouco tempo, se é que ainda não foi, ter aqui duas obras de fôlego relevante que é a reparação do manto e obras acessórias do porto de Vila do Porto e a reparação do molhe de Ponte Delgada.

Genericamente sei que não terei respondido a tudo, mas se alguma coisa faltou, por esta via ou por outra, estamos completamente disponíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Regional Nuno Barata tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Transportes, de facto o Sr. Secretário não respondeu, não respondeu à minha questão sobre os meios auxiliares de manobra para o porto de Ponta Delgada, o rebocador, mais simplificando o português, e em relação às obras de recuperação do furacão Lorenzo eu não sei se o Sr. Secretário tem noção, mas o prazo para lançamento dessas obras está a esgotar-se. Hoje é 1 de outubro. A resolução do Conselho de Ministros apontava, salvo erro, o dia 6 de outubro para essas obras estarem lançadas e se elas não estão de facto corremos o risco de perder esses fundos do Fundo de Coesão.

Portanto, agora começo a ficar preocupado. Se numa primeira fase deste debate estava aqui despreocupado uma vez que estávamos a falar de números num papel com três meses de atraso, agora começo a ficar preocupado porque tem seis dias para lançar essas obras e se o Sr. Secretário não me dá uma resposta consequente que, aliás, alertei o Governo através de um requerimento em maio, portanto, há quatro meses, se calhar começo a ficar mesmo mais preocupado. Se bem que em relação à obra da empreitada do reforço do molhe da marina de Vila do Porto esta obra já está lançada, se o Sr. Secretário não sabe, fica a saber agora, uma obra no montante de 15 milhões e 300 mil euros e, portanto, esta resolvida, mas as outras não estão, a não ser quer o Sr. Secretário traga aqui a informação que está. A informação que eu tenho é que não está e isto preocupa-me.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu realmente estou como o Sr. Deputado Paulo Estêvão estava outro dia relativamente a mim: estou muito surpreendida. Estou muito surpreendida, porque este Governo não para de me surpreender.

E porque é que este Governo não para de me surpreender?

Porque aquando do debate do Plano e Orçamento, nesta mesma Casa, a única coisa que se ouvia aqui é “este ano é que vai ser” “este ano é para executar tudo”, “este ano é que é”, “nunca mais vai-se passar aqui dentro, aquilo que se passava, que nunca se cumpria. Nós preferimos colocar menos, mas saber que vamos executar.”

Na verdade, tinha toda a razão: é uma coisa nunca vista, é porque ninguém vê nada. É zero! E zero é nada. Não há números, é zero! Não executam aquilo que prometeram e arranja desculpas e argumentos que não enganam, só se convencem a si próprios, porque nem aqui enganam, nem às pessoas que estão em casa.

Portanto, quando diziam (e está bastantes vezes aqui referido) uma das grandes preocupações era o combate à pobreza, o combate à exclusão social, o Governo ia fazer tudo, ia promover desenvolvimento em tudo, isto ia ser o fim da pobreza nos Açores.

O que é que acontece?

Era a grande prioridade. Zero! Numa coisa que todos sabemos e discutimos bastantes vezes as taxas aqui da pobreza nos Açores e das desigualdades sociais e era a primeira grande medida do Governo era acabar com a pobreza nos Açores. Zero! Zero!

Uma coisa nunca vista!

A seguir vinha aqui ... e eu até estranho o silêncio do Chega que tantas vezes fala nas drogas, nos nossos jovens e tem-se que acabar com a droga, e a droga ... e a droga... e a droga... É uma coisa nunca vista também!

Promoção de estilo de vida saudável e prevenção de tratamento e reinserção de comportamentos aditivos e dependências, quanto?

Zero! Uma coisa nunca vista!

Deputado Nuno Barata (IL): Tal carrete!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, tinham toda a razão. Realmente é de surpreender, é que é mesmo uma coisa nunca vista! Zero!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito rapidamente para dar uma resposta ao Sr. Deputado Nuno Barata.

Há duas ou três semanas o processo de consulta para a aquisição do rebocador foi concluído, portanto, se não está, em pouco tempo está o processo lançado.

Relativamente às duas obras que falei, à reparação do molhe de Ponta Delgada e à reparação do manto e acessórios de Vila do Porto, a reparação do molhe de Ponta Delgada foi aprovada em Conselho de Governo antes da outra, portanto, foram dadas instruções às Portos para lançar as duas imediatamente. Se uma delas não o foi, deve estar a sê-lo a muito curto prazo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Aqui a ajudar o Sr. Deputado Nuno Barata, que eu também estou preocupado. Eu gostaria que o Sr. Secretário respondesse à pergunta que o partido IL fez relativamente ao Lorenzo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Transportes tem a palavra. Faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Penso que tinha dado a resposta e, portanto, até ao dia 6 necessariamente a obra ... se não foi, será. Portanto, na próxima semana. A de Santa Maria, Vila do Porto, foi lançada na passada semana e, portanto, a outra provavelmente será lançada esta semana.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Esta semana acaba hoje!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Acaba amanhã!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Está bem, está, Sr. Presidente!

O Orador: Penso que com isso dei a resposta ao Sr. Deputado Nuno Barata. Se não dei, por favor, dê-me um sinal nesse sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (Chega):** Muito obrigado, bom dia! Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

No Dia Mundial da Música eu ouvi aqui um *requiem*, uma sinfonia curiosa que o BE precisa do Chega para justificar as suas questões ao Governo Regional.

Nunca houvera visto, só mesmo no Dia da Música. Já vos tinha falado do Titanic a afundar enquanto aquela orquestra tocava e agora temos aqui o Bloco de Esquerda que precisa do Chega para justificar.

O Chega defende uma forte penalização aos traficantes, aos vendedores de droga.

Deputada Alexandra Costa (BE): Não tem nada a ver com isto!

O Orador: O Chega defende uma forte, forte pena, como hoje aparece nos jornais, à pedofilia, à pornografia infantil, etc..

O Chega não serve é para os marcianos que aterraram hoje virem fazer perguntas sobre coisas. A prevenção é fundamental. Não se faz de um dia para o outro, quando os senhores andaram durante anos a promover a liberalização e o consumo das drogas junto dos nossos jovens. Isto é uma vergonha!

Deputado Carlos Silva (PS): Olhe a linguagem!

Deputado José Pacheco (Chega): Estás preocupado com a linguagem!

Deputado Miguel Costa (PS): Este senhor está noutra plenário. Não é neste!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Em Dia Mundial da Música, o senhor está desafinado. Está fora de tom!

Presidente: A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

As preocupações ontem manifestadas a propósito da discussão sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde acabam por encontrar respaldo na análise que estamos a fazer na execução do plano de investimentos. Depois do anúncio do maior investimento de sempre na área da saúde, aquilo que constatamos analisando a programação para a área da saúde, vendo os

diferentes projetos que constam do plano de investimentos, temos aqui como exemplo tecnologias na saúde 3 milhões e 100 mil euros, no montante de uma taxa de execução de 10,3% que corresponde a cerca de 318 mil euros.

Naquilo que diz respeito ao apetrechamento e modernização com equipamentos para as USIs, para o COA e para os hospitais, uma taxa de execução de 0%.

Naquilo que diz respeito à capacitação do sistema de saúde onde tem diferentes ações, tais como a retoma e a recuperação da atividade assistencial na área da saúde, o reforço da capacidade instalada, o Vale Saúde, o Cirurge, temos uma taxa de execução de 11,1% que, de entre 18 milhões previstos, temos dois milhões executados.

Portanto, aquilo que nós vemos, analisando, como eu estava a dizer, o plano de investimentos, isto vai ao encontro da falácia naquilo que diz respeito à contratação de profissionais de saúde, da falta de recuperação e de retoma da atividade existencial, evidenciando por esta via a redução do número de utentes operados, de cirurgias canceladas, como ontem falámos.

Há, portanto, aqui utentes que deixaram de ter consultas e de ter cirurgias. Para quem se comprometeu a executar como nunca antes visto, qual a razão para tão baixa execução na área da saúde?

A verdade é que mais parece que a atuação que o Sr. Presidente do Governo disse relativamente a este Governo que é uma atuação cristalina, mais parece que cristalizou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mas que grande encenação nós temos aqui!

Deputado José Ávila (PS): Agora. Começa agora!

O Orador: Ora, para que todos os açorianos percebam durante metade do ano o Governo esteve submetido a um regime duodecimal.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh, Sr. Deputado, o senhor sabe que isso não é verdade. Uma vez ainda vá lá. Agora duas!

O Orador: Isso significa, por exemplo, que não poderiam executar a totalidade da dotação, só podiam utilizar o duodécimo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O vosso desconforto!

O Orador: Essa é uma enorme limitação, comparar um Governo que naqueles primeiros seis meses está num regime duodecimal, com um Governo que está na plenitude das suas funções é um exercício de uma hipocrisia brutal, é num exercício que os economistas deste mundo e os gestores devem estar a achar que os senhores não são sérios, não têm qualquer tipo de credibilidade esse exercício que estão a fazer, comparar um Governo que estava no regime duodecimal com um Governo que estava na plenitude das suas funções. Portanto, os senhores estão a tentar aproveitar essa fotografia, estão a tentar desesperadamente agarrar-se a esse momento em que o Governo não está na plenitude das suas funções no âmbito da execução orçamental e essa é que é a questão, essa é que é a falácia absoluta e todas as pessoas que percebem de gestão e de economia essa é que é a falácia absoluta das vossas intervenções.

Quero dizer-vos também o seguinte: na prática estávamos a executar, do ponto de vista do regime duodecimal, um orçamento que era o orçamento ainda do Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O quê?

O Orador: Exatamente. O quê?

Estou a dizer-lhe alguma coisa que V. Exa. não saiba?

É sim! É a falácia absoluta, é o absurdo absoluto que os senhores estão aqui a fazer, é um exercício e é uma falácia absoluta.

Depois, até podem existir... Se nós éramos críticos há coisas que o Governo não utilizou o regime duodecimal para executar matérias que estavam no orçamento do Partido Socialista ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então qual é a desculpa para a ação social escolar? Não há!

O Orador: ... e que nós tínhamos uma discordância absoluta. Porque é que nós íamos executar coisas com que discordamos em absoluto e que levou à derrota do Partido Socialista nas últimas eleições?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Essa é que é a questão. Agora dizem Vs. Exas. “Mas está pago?”

As respostas são “está pago”, “está pago”... Não, não! Nós queremos saber é o que estava em maio ou em junho. É um absurdo total!

Esta discussão não faz sentido absolutamente nenhum e Vs. Exas. sabem disso, só que querem ter esta discussão antes do momento da verdade e o momento da verdade é no final do ano quando podermos comparar a execução que foi de facto feita a partir do momento em que o Governo esteve na plenitude das suas funções para executar o orçamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): Boa tentativa, sim senhor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Secretário Regional do Ambiente, que por acaso não está na sala, mas certamente que o Sr. Secretário Regional das Finanças saberá do programa relacionado com as questões ambientais, 15 milhões e 600 mil euros destinados a esta área, apenas foram executados 5% do orçamento total, ou seja, 800 mil euros. De 15 milhões e 600 mil, 800 mil euros, ou seja, não executaram 95% do seu orçamento, realçando também aqui que as questões relacionadas com a água e com o ordenamento do território tiveram uma execução de 0%. Ou seja, Sras. e Srs. Deputados, consideramos que é muito pouco para quem acha que esta é uma área prioritária e gostaria de saber e perceber como é que explicam esta quase nula execução na área do ambiente.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós quase que adivinhamos quem serão os deputados do Partido Socialista que se inscreverão a seguir, porque já percebemos que estão a correr todos os capítulos da execução orçamental do primeiro semestre, portanto, essa é a estratégia e facilmente se pescam algumas rubricas em que a execução é zero ou é baixa. Mas depois esquecem sempre daquilo que era o passado comparando com o relatório de execução do primeiro semestre também de 2020 ou de 2019 em que tal acontecia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E então?

O Orador: Vou recordar o seguinte: na questão do apoio social escolar, no primeiro semestre de 2020, a verba executada eram 2.9 milhões de euros e tinham passado seis meses e a verba inscrita eram nove milhões e tal ... Havia também um terço da verba correspondente ao semestre que não tinha sido executada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então? Bem diferente. É um terço!

O Orador: Além disso, é bom não esquecer que o executado aqui é o que está pago, o que não significa que algumas ações não tenham sido desenvolvidas, não tenham sido processadas, mas não estão pagas.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Por isso, é que admito que possamos ter feito durante a última legislatura uma referência ou outra ao longo da execução dos planos, ...

Deputado Francisco César (PS): Uma diferença ou outra?!

O Orador: ... mas verdadeiramente só no encerramento do ano e com a sua execução encerrada é que debatíamos o assunto.

Aliás, fizemos um debate de urgência sobre a execução do plano de 2017, se não me engano, em 2018, mas as contas estavam encerradas e foi uma execução de 72%.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Está a ver?! Agora é que é despropositado.

O Orador: Portanto, o que se está a passar aqui é uma falácia. O Sr. Deputado Sérgio Ávila sabe bem que é uma falácia, mas insiste, e agora quase que poderia adivinhar quem é que fala a seguir. Depois da Deputada Bárbara Chaves bastava chegar aqui ao capítulo e víamos o seguinte.

Mas há aqui uma questão que é importante que fique bem marcada. Os Srs. Deputados afirmaram várias vezes (o Sr. Deputado Sérgio Ávila e houve aqui

mais comentários) que este Governo disse que era a valer a execução. Está a admitir o quê? Que o seu não era a valer? Que era só uma promessa?

Este é a valer, mas também pressupomos que o seu Governo e os governos anteriores também aquilo que era inscrito era para executar. Dá a ideia que à partida assumiam que não era a valer, que agora é que há um compromisso para ser a valer.

Portanto, esta jogada contínua de andar aqui a buscar rúbricas que não têm valores é comum.

O Sr. Deputado Tiago Lopes fez a mesma coisa. Quer dizer, o ano passado, no primeiro semestre, no final do primeiro semestre, estavam executados na área da saúde 18 milhões de euros, estão executados agora 16 milhões de euros, 16 milhões e 900, 17 milhões de euros. O problema do Covid existia tal e qual como existe agora e há um dado que é importante que se saiba, não foi falado, ninguém mexeu.

Em matéria de apoio à competitividade das empresas no final do primeiro semestre de 2021 estavam executados na competitividade empresarial 34 milhões de euros. Em 2020, no ano todo, foram executados 46 milhões de euros, ou seja, em apenas seis meses este Governo executou em apoios às empresas apenas menos 10 milhões de euros ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Apenas?!

O Orador: ... que o anterior Governo durante o ano na sua totalidade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A execução reportada a 24 de setembro é de facto bastante superior à execução de junho e tem uma razão técnica que provavelmente as pessoas que exerceram cargos governativos nos anteriores governos sabem, mas também não quiseram trazer aqui.

De facto, quando se aprovam orgânicas novas é preciso fazer a reconversão do próprio plano, ele é todo recarregado no sistema e isso foi feito em julho. Em julho há um salto brutal nos pagamentos.

Portanto, uma discussão reportada a junho quando as orgânicas entraram em vigor em julho e se fez a reconversão do plano nessa data acaba por ser uma discussão muito artificial, porque a posição, por exemplo, respondendo à Sra. Deputada Bárbara Chaves ... Não lhe posso dizer ação por ação, mas a execução da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, a taxa de compromisso, está em 70% em 24 de setembro e já foram pagos 35%.

Deputada Andreia Cardoso (PS): 35% em setembro!

O Orador: Portanto, a posição em si ...

Sra. Deputada, não vale a pena por essa admiração, porque está na mesma posição que o Governo anterior estava nesta data.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim, mas o compromisso era de aumentar a execução.

O Orador: O global está e temos uma situação que como sabe, já expliquei, mas não me importo de explicar três vezes, nós temos que estar preparados para fazer o aumento de capital da Sata devido à situação em que a recebemos, mas a posição não tem nada de dramático e nós estamos a caminho de uma execução adequada a todas as receitas que conseguirmos executar no corrente ano, que é

superior a 80%. Nunca executa mais do que o que tem. Não sei se fez isso alguma vez na vida, mas acho que isso é impossível.

Portanto, o que fica aqui esclarecidíssimo é que a reconversão, que é uma matéria técnica, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É uma matéria técnica, mas não justifica!

O Orador: ... justifica a diferença. A posição que estamos aqui a debater não tem correspondência com a realidade. Estamos, portanto, numa situação artificial que poderia ter sido evitada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã.

Regressamos às 12 horas e 5 minutos.

Eram 11 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os seus lugares.

Eram 12 horas e 18 minutos.

Estava inscrito para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Neves. Prescinde.

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas tem a palavra. Faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Lamento que a Sra. Deputada Bárbara Chaves tenha optado por colocar questões quando eu momentaneamente não estava no hemiciclo ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Oh, Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

O Orador: Todos nós temos que nos ausentar momentaneamente, de vez em quando, e quem disser o contrário do ponto de vista fisiológico isso não é possível.

Em todo o caso, colocar questões para um Secretário responder quando ele não está momentaneamente na sala não ajuda o debate, mas com base na informação que tentei recolher, vou tentar obviamente responder a tudo e se me faltar alguma resposta que entendam necessária, por favor, digam que cá estarei para responder neste momento.

Este foi um ano de entrada em funções deste Governo, um ano atípico, um ano em que o orçamento apenas é aprovado e entra em vigor, aliás, em junho, mas nem isso nos retira a ambição de obter taxas de execução elevadas.

Alguns dos valores a que a Sra. Deputada Bárbara Chaves se referia obviamente já não correspondem ao estado atual e à execução atual. O que me parece é que o que foi feito foi um exercício de caça a rúbrica, um exercício de caça ao zero ...

Deputado Francisco César (PS): Mas não é!

O Orador: ... que não traz nada de novo a este debate.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso!

O Orador: A questão que se coloca aqui é a seguinte: neste momento a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas tem 82% de cabimentação, 70% de compromisso, 45% de faturado e 35% de pago.

Por esta altura, o ano passado, a mesma secretaria tinha dos 82% cabimentados tinha apenas 77%; ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Ouça!

O Orador: ... dos 70% de compromisso tinha apenas 63%; dos 45% de faturação tinha apenas 38%; e dos 35% pago tinha apenas 26%.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, onde é que andava o ano passado por esta altura? Por que razão é que não colocou estas questões?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Por que razão, Sra. Deputada Bárbara Chaves, numa altura em que o Governo Regional anterior, nesta fase, nesta altura do ano estava em velocidade de cruzeiro, completamente instalado e tinha taxas inferiores àquelas que nós temos agora, porque é que não fez esse exercício?

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade!

Porque é que não fez esse exercício, Sra. Deputada Bárbara Chaves?

Portanto, obviamente estarei à espera que a Sra. Deputada Bárbara Chaves possa de alguma forma repor a seriedade que lhe reconheço, visto que não terá muitas mais oportunidades para o fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Houve aqui um conjunto de questões que foram colocadas na área da saúde, do ambiente, da solidariedade e da educação que não foram respondidas, mas vou acrescentar mais algumas.

Na área das obras públicas em cerca de 10 rúbricas, na área da saúde, das infraestruturas, das pescas e até do ambiente, 10 rúbricas totalizam 28 milhões de euros.

A execução que temos, Sr. Secretário, é zero. Como é que justifica isto?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A discussão que estamos a ter aqui, hoje, é prematura e prematura por uma razão muito simples: as contas devem ser feitas no final, portanto, considero isto uma manobra desonesta da parte do Partido Socialista, porque nós ainda não podemos aferir a taxa de execução global e real.

Ora, aquilo que interessa aos açorianos verdadeiramente é saber se nós estamos a responder àquilo que são as suas preocupações.

Aquilo que os açorianos querem saber lá em casa é se de facto nós estamos a conseguir dar resposta àquilo que são as preocupações que os açorianos têm e,

desta forma, importa relembrar, algumas questões já foram aqui levantadas, algumas coisas já foram ditas, mas que vou voltar a lembrar.

Em termos de educação se nós perguntarmos aos professores se estão satisfeitos certamente que a resposta vai ser positiva, porquê?

Houve a integração de mais de 300 professores no quadro, houve também a integração de mais de 200 funcionários (pessoal não docente), houve também a aquisição de equipamentos, as obras que já deveriam ter acontecido e que não aconteceram e que estão a acontecer com este Governo Regional.

Se formos para a saúde ontem muito já foi dito pelo Secretário Regional da Saúde: mais consultas de especialidade, nós tivemos também a valorização das carreiras, tivemos a contratação de mais pessoal da área da saúde e o Sr. Tiago Lopes também perguntou pelo apetrechamento e modernização. Ora, no relatório de 2020 era de 0% também pela mesma altura.

Na agricultura soubemos também ontem que foram pagos cerca de 20 milhões de euros aos agricultores, portanto, pagos sem rateios.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: Na Vice-Presidência não esquecer aquilo que foi protocolado com a Associação de Municípios dos Açores, portanto, aquela que era a dívida do Governo anterior desde 2013 e que foi assumida por este Governo Regional.

Nas pescas temos um setor que está pacificado.

Temos também na economia várias medidas como o apoio imediato à liquidez, cerca de 10 milhões de euros, o que permitiu também manter níveis estáveis de emprego.

Para além de tudo isto, qual não foi a nossa surpresa receber esta semana a notícia de que também herdámos mais 400 mil euros em termos de juros de mora por não terem sido pagos pelo Governo anterior as contas de duas obras da ilha de São Miguel: porto de Rabo de Peixe e do porto da Povoação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A questão que se coloca é por que razão é que não pagaram. Portanto, não só estamos a pagar aquilo a que nos comprometemos pagar, como ainda estamos a pagar aquilo que os senhores não pagaram enquanto estiveram no Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Portanto, para concluir só dizer que não é este tipo de política que os açorianos querem ver lá em casa. O que eles querem verdadeiramente é perceber o que é que está a ser feito, querem medidas concretas. Não são os números, não são as percentagens nesta altura do campeonato que lhes interessam. Interessa, sim, saber o que foi feito e se nós resolvemos os problemas da sua vida.

Por isso, mesmo é que eles percebendo da ação do Governo atual tiveram a resposta ou deram a resposta que nós vimos na passada semana, no dia 26 de setembro.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Sérgio Ávila começou o debate dizendo que apenas fazia esta interpelação, porque os partidos da oposição sempre utilizaram este argumento das execuções no passado e reconheço-lhe a seriedade. Obviamente utilizou essa argumentação e apesar do Sr. Deputado Sérgio Ávila ter um maior conhecimento, se calhar, certamente do que a maioria dos deputados, do Governo (não me vou pronunciar), mas dos deputados certamente tem melhor conhecimento das contas, daí essa declaração de interesses prévia dizendo que apenas o fazia por questões de ter sido atacado no passado com as questões da execução. Mas depois quando ouvimos as intervenções dos seus colegas de bancada já não é bem assim, porque os seus colegas assumem, e os deputados do Partido Socialista assumem, que não aconteceu nada, que em outubro do ano passado não aconteceu nada e que entrámos em 2021 em velocidade de cruzeiro ou tudo em piloto automático como estava antes ...

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que assumiram!

O Orador: ... em que execuções eram planeadas e esse argumento acaba por cair pela base quando todos nós sabemos que durante o primeiro semestre deste ano tínhamos um Governo que estava a braços com a produção de um orçamento, que estava a alterar as orgânicas, que estava, no fundo, a mudar até áreas de jurisdição de umas secretarias para as outras, que ia alterar formas de funcionamento e que, em última análise, as rubricas iriam mudar, por isso, aquilo que a Deputada Délia Melo disse é verdade.

Os números que estão aqui neste relatório do primeiro semestre não interessam aos açorianos. Porque é que não interessam?

Não interessam aos açorianos, porque na verdade a obra foi feita. A realidade é que como houve alterações no orçamento que foi aprovado depois não está refletido nestes números, mas como já foi aqui referido pelo Sr. Secretário das Finanças e, inclusivamente, também pelo Sr. Secretário do Ambiente, neste momento as execuções de setembro, uma vez que o lançamento das novas

rúbricas foi feito em julho, as taxas de execução, são em muitas áreas superiores àquelas que se registavam com o Governo do Partido Socialista.

Há uma coisa que é um facto: o ano passado a execução foi de 75%. É uma execução bastante razoável. Para o CDS as execuções continuam a ser um ponto central nos orçamentos, nós não mudámos o nosso posicionamento. Continua a ser um ponto central. A questão é: mesmo na execução de 75% estamos a dizer aos açorianos que por cada 4€ anunciados há 1€ que desaparece, que não se reflete em investimento público, que não se reflete em mais valia para os açorianos. Mas a realidade é que nos últimos 10 anos o melhor resultado de execução orçamental que foi obtido pelos governos do Partido Socialista foi na ordem dos 84%.

Deputado Francisco César (PS): E em 28 anunciados?

O Orador: Não terá chegado bem, será nos 84. De qualquer das formas houve resultados bem piores anteriormente, alguns na ordem dos 3€ anunciados e 1€ que fica em mera propaganda, ou seja, quando as execuções andam ali a pouco mais dos 66%, que houve 68%.

Por isso, a realidade é esta e os senhores sabem muito bem, ...

Deputado Carlos Silva (PS): A mais baixa foi de 70!

O Orador: ... e justiça seja feita ao Sr. Deputado Sérgio Ávila que pelo menos fez a declaração de interesses prévia, mas os outros Srs. Deputados não o fizeram e assumiram que estávamos aqui todos a discutir um relatório de execução de um Governo que estava em funções há vários anos e que agora chegamos a meio do ano e afinal está tudo a zero, quer dizer, a Região parou, não há obra feita, não se paga a ninguém, quer dizer é o caos absoluto. Não é verdade única e simplesmente!

Porque isto é uma interpelação ao Governo, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Secretário das Finanças que tem a ver com as questões do furacão Lorenzo. Dada a importância da recuperação e reposição das infraestruturas que

foram afetadas e atendendo àquilo que foram informações veiculadas há não muito tempo acerca de eventuais cortes nesses financiamentos, gostaria de perguntar se efetivamente essas notícias se vão confirmar e se o Sr. Primeiro-Ministro António Costa uma vez mais faltou aos compromissos assumidos anteriormente com o, à altura Presidente do Governo, agora Deputado Vasco Cordeiro.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer em jeito de graça que a minha intervenção agora fica prejudicada pela intervenção da Sra. Deputada Délia Melo. Eu tinha pedido ao Sr. Presidente antes dela para falar, mas bem percebo que é mais fácil ao Sr. Presidente olhar para a Sra. Deputada Délia Melo do que olhar para mim. Isso aí todos percebemos!

Concluída que está a graça, dizer o seguinte. De alguma forma e o facto da intervenção da Sra. Deputada Délia Melo ser semelhante à minha prova que afinal a linha de pensamento daquilo que eu vou aqui dizer afinal não é só minha, há de ser partilhada por mais pessoas. Ou seja, 95% da população não está devidamente preocupada se a execução é 78%, se é 75%, se é 75,5%. Estão preocupados com a realidade atual da nossa Região. Estão preocupados com a mobilidade que, e segundo aquilo que havia sido prometido em campanha pelo PSD, eram as passagens a 60€, concretizou-se.

Estavam preocupados e continuamos preocupados com a fixação de professores aqui, nos Açores, que o problema ainda não está resolvido, mas já se deu um passo importante.

Estavam preocupados e continuam preocupados (ainda ontem falámos nisso aqui ao nível da saúde) com a quantidade de profissionais de saúde que existe em falta nos Açores, que também está parcialmente resolvida.

Estavam preocupados e continuam preocupados os fornecedores do Estado pelas faturas que levavam meses e anos para serem pagas também está em execução.

Deputado Francisco César (PS): Também não é verdade isso!

O Orador: Sim, essas são as principais execuções, aquelas que têm diretamente a ver com a vida das pessoas. É isso que interessa reter, é isso que os açorianos que estão lá em casa a ouvir-nos precisam saber, se efetivamente estamos aqui a caminhar para um Governo que vai cumprir os seus compromissos, que vai regularizar o pagamento das suas faturas atempadamente, que o pagamento dessas faturas de forma atempada seja no fundo uma mensagem corrente a todos fornecedores do Estado, que permita ao Estado começar a comprar a melhor preço, porque paga a mais tempo, poder negociar preço, poder discutir quem são os fornecedores do Estado, porque qualquer um que fornece o Estado desde que o Estado pague a tempo a horas, não precisando, por isso, o Estado ficar dependente de alguns fornecedores provavelmente com tabelas de preços acima da média, mas que só esses é que têm capacidade financeira para aguentar os longos períodos até ao recebimento daqueles que são os serviços prestados ao Estado.

Deputado Nuno Barata (IL): Isso não é verdade!

O Orador: Estão também satisfeitos os açorianos se perceberem que temos agora uma companhia aérea que ainda não gozando de saúde, mas atualmente já goza de mais alguma confiança por parte dos açorianos, por parte também dos

fornecedores que também eles aguardavam e desesperavam pelo pagamento daquilo que lhes era devido, como também desesperadamente a Sata espera pelo Estado que lhes pague aquilo que lhe deve. Ou seja, fazer política e execuções, mas para isso utilizar a tesouraria das nossas pequenas, médias e débeis empresas também não é execução. Execução é pagar a tempo e horas, execução é garantir que a máquina do Estado possa funcionar com os seus meios próprios e libertar a débil economia das nossas empresas para poderem fazer face quer aos seus encargos, quer aos seus outros clientes que não são só o Estado.

É essa a razão principal da nossa governação: é tentar fazer com que a nossa economia funcione em pleno e esperemos que no futuro isso se consiga. É certo que tudo isso também está dependente de uma boa execução, mas (e como disse o Sr. Deputado Pedro do Nascimento aqui, há bocado) “uma locomotiva quando começa, não começa ao ritmo todo”. Não há condensadores de arranque para locomotivas. Elas arrancam progressivamente. É assim que funciona o Governo, é assim que funciona tudo de forma natural. Quando não funciona assim, ficará a funcionar de forma artificial e funcionando de forma artificial obviamente nunca terá bom resultado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Estava admirado de não ter falado ainda!

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Este debate, de facto, faz-nos lembrar outros debates que já aqui tivemos sobre o mesmo assunto, nomeadamente as execuções dos planos e orçamentos da Região.

Vou citar algumas das afirmações que nesses debates eram proferidas pelos partidos que agora suportam e estão no Governo.

Primeira afirmação: “O Plano que deveria constituir um instrumento fundamental de política económica tem servido para alimentar momentos de propaganda política, criam-se expetativas às populações e aos agentes económicos que depois não passam do papel.” PSD.

“Incomoda-me que na saúde o Orçamento não tenha sido executado não é a 100%, é a 101%, porque tinha de ser executado a 101% para combater as listas de espera vergonhosas na Região Autónoma dos Açores e quando os senhores não executaram.” CDS.

“Apetece-me começar esta intervenção a repetir várias vezes: 72, 72, 72! Escrever ali no quadro porque a verdade é que esta é a taxa de execução.” PPM.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Onde estava o senhor ontem?!

O Orador: Ora, quem disse e diz coisas dessas aconselharia o bom senso ter alguma humildade e alguma prudência naquilo que dizem agora e naquilo que disseram quando aprovaram o Plano e Orçamento.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor não tem estado neste debate! Só chegou agora?

O Orador: Por isso, é essa humildade que tem faltado e que os senhores parece que não aprenderam e este aviso, que é este debate, parece não estar a ser suficiente, porque vamos a números e vamos a argumentos, porque os números que estão aqui nas taxas de execução são, na maior parte dos casos, absolutamente risíveis, são medonhos.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Em 6 meses?!

O Orador: Temos seis meses! Lá chegaremos e cá estaremos para analisar. O senhor já não vai estar! Mas cá estaremos.

Agora os argumentos que utilizam para justificar é que são contraditórios. Os senhores acho que não prepararam este debate e não conversaram entre si.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Por um lado, o Deputado Paulo Estêvão diz que não podiam ter executado nada, porque só a partir de junho é que tiveram orçamento aprovado e publicado. “Não podíamos ter executado nada.”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: Olhamos para a execução e há rubricas executadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: O Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas vem dizer que executou mais do que o Governo anterior tinha executado. Mas afinal em que é que ficamos?

Podia ou não ter executado?

Esse argumento tinha de ser melhor combinado.

Agora, também queria falar de coisas concretas e estamos a falar de números, de taxas de execução, coisas que são para a maior parte das pessoas um pouco áridas e que dizem de facto pouco à vida das pessoas. Mas vamos falar de assuntos concretos.

Eu recordo tão simplesmente uma notícia de ontem que está na imprensa regional: escola em São Miguel com 209 alunos e que tem três funcionários ao serviço, um funcionário para cada 70 alunos, quando o rácio diz que são 15 a 30.

Bem, dizer aqui que se contratou 200 funcionários, não sei quantos professores, mas depois há uma escola que tem três funcionários para 70 alunos. Como é que explicam isso?

Conseguem brincar com os números e explicar as taxas de execução e dizer que em dezembro é que vai ser, mas explicar porque é que não há funcionários nas escolas essa é a resposta que fico à espera.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Isso é pura demagogia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu teria apenas uma pergunta e um esclarecimento para o Sr. Deputado António Lima. Uma das afirmações que fez foi minha e a pergunta é: se algumas dessas afirmações passadas se referiam à execução de um semestre de qualquer um dos anos ou à execução anual de um plano?

Essa é a questão essencial.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima é para se inscrever no debate?

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão primeiro, Sr. Deputado. Peço desculpa.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, quando não se tem argumentos não se inventam afirmações. Em nenhum momento eu disse que não se podia executar nada. Isso é pura e simplesmente falso.

Deputado Francisco César (PS): O senhor disse isso! Eu ouvi!

O Orador: O que o senhor está a dizer e que disse que eu disse é falso. É falso! Portanto, eu expliquei como é que funcionava o regime duodecimal e expliquei as limitações ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor não explicou!

O Orador: ... que isso significa. Portanto, o senhor o que está a dizer é falso. Agora, olhe bem para os meus lábios e para os meus olhos e veja o seguinte, o que lhe vou dizer: a execução orçamental do ano passado no Plano foi de 75,7%. O que lhe vou dizer é o seguinte: sabe qual é o desespero do Partido Socialista que V. Exa. acompanhou a caravana sem pensar duas vezes? Sabe qual é o desespero?

É que o Partido Socialista sabe que nós vamos ultrapassar esta execução. Repito-lhe outra vez: o Partido Socialista sabe que o atual Governo vai ultrapassar essa execução.

Deputado Francisco César (PS): Cuidado. Olhe que isso fica escrito!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Estamos cá para ver isso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É por isso! Esta era a única oportunidade. Porquê?

Vou-lhe dar uma imagem gráfica. Porque no início, nos primeiros seis meses, nós estivemos a correr com uma perna devido à limitação do regime duodecimal. Agora, nos últimos seis meses, estamos a correr com duas pernas e

mesmo tendo corrido metade do percurso com uma perna vamos ficar à frente de quem correu o ano todo com as duas pernas. Aí é que está, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Essa é que é a questão. Por isso, Sr. Deputado António Lima, um conselho: não vá atrás de quem está no desespero e de quem sabe que ao virar da esquina terá uma execução que irá ultrapassar a execução dos governos do Partido Socialista no último ano. É tão simples como isto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando por responder ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, começo por dizer que eu não disse que o debate tinha sido sobre a execução semestral.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pois não!

O Orador: Eu disse foi que quem tinha dito coisas destas deveria ter mais humildade neste debate, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque se correr pior do que estão à espera em dezembro, ou desejam, e todos desejamos que corra melhor, porque é sinal que o investimento público é feito, se correr mal essa humildade talvez seja útil e não terão um dissabor tão grande. Por isso, a humildade em política é sempre importante.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o que o senhor disse foi que não poderiam ter executado, não poderiam ter taxas de execução, porque o orçamento não estava em vigor. Foi isso que o Sr. Deputado disse, disse hoje e também já disse ontem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso! Já lhe vou explicar! Daqui a pouco regressamos à escola!

O Orador: Por isso já não é novidade.

Mas, Sr. Deputado Paulo Estêvão, notei que não falou da vida concreta das pessoas, não falou da escola. Porque é que não falou da escola?

Isso não são números, são pessoas. A escola não são números, são pessoas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Daqui a pouco regressamos às escolas e já lhe digo como é!

O Orador: Fale da escola. Deixe de falar da taxa de execução e fale daquilo que se passa e daquilo que afeta a vida das pessoas.

Anunciar da bancada números, contratações é muito fácil com os números à frente.

Quem está na escola e quem não tem os funcionários necessários, as pessoas que não têm os funcionários necessários para trabalhar e os pais que estão preocupados com a segurança dos filhos, esses é que estão a sofrer e não querem a resposta da taxa de execução, nem do anúncio da contratação. Querem os funcionários nas escolas, por isso, fico a aguardar a sua resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Continuamos na ânsia de querer demonstrar perante os açorianos que este Governo Regional já devia ter taxas de execução num primeiro ano de arranque condizentes com aquelas que o Partido Socialista orgulhosamente se arroga.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já devia, é um facto!

O Orador: Os senhores esquecem-se, e voltamos a frisar, que isto é um Governo que iniciou funções há 10 meses, este é um Governo que só teve um plano, inclusivamente um plano, aprovado em abril e, como tal, só após a aprovação de um plano aqui, neste plenário, é que teve oportunidade de delinear e traçar o caminho que bem pretendeu. E o caminho que bem pretendeu com este plano que foi aprovado aqui, neste plenário, é um caminho diferente daqueles que foram os 24 anos de governação do Partido Socialista nos Açores. É preciso não esquecer isso e, como tal, este Governo Regional tem as suas opções próprias? Tem.

Tem a sua estratégia própria montada?

Tem.

Tem prioridades de atuação política?

Tem.

E os senhores querem fazer um julgamento de um Governo que só tem 10 meses e um orçamento de três ou quatro meses como se estivesse a governar os Açores há mais de uma década. Não pode ser! Não pode ser!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Ouvir o Sr. Deputado António Lima falar de alto, dizendo e relembrando afirmações que foram proferidas em anteriores debates nesta Casa relativamente a execuções, taxas anuais e fazendo uma analogia para estes seis meses que aqui estamos só demonstra, Sr. Deputado António Lima, e digo-lhe isso com o

devido respeito, desonestidade política, porque o senhor não sabe o que vai acontecer daqui a seis meses, o senhor não sabe qual é que vai ser a taxa de execução orçamental daqui a três ou quatro meses.

Já foi aqui dito que existem ações que vão naturalmente elevar as taxas de execução do Governo Regional e agora, sim, daqui em diante já em velocidade de cruzeiro, já com orgânicas aprovadas, já com o Governo em pleno funcionamento, já com metas e ambições para conquistar.

Mas importa aqui também salientar que ao longo desses 24 anos de governação do Partido Socialista, os últimos oito anos da responsabilidade do Deputado Vasco Cordeiro, que o Tribunal de Contas foi useiro e vezeiro em ‘puxar as orelhas’ ao Sr. Vice-Presidente do Governo e ao Governo de Vasco Cordeiro.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E, nesta medida, basta só relembrar aqui, por exemplo, o acórdão do Tribunal de Contas de 2017 que diz que efetivamente o Governo de Vasco Cordeiro, na altura Presidente Vasco Cordeiro, inscreveu uma verba de 179 milhões de euros em receitas correntes no lugar de verbas transferidas pelo Estado ao abrigo do princípio da solidariedade, fazendo toda a diferença no orçamento.

E mais! Também diz que o Tribunal de Contas constatou a inexistência de registos sobre a atividade da tesouraria da Região, o que impossibilitava, veja-se lá?!

A confirmação dos registos de execução orçamental.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Portanto, estas habilidades orçamentais que foram sendo praticadas hoje já não existem. Temos um Governo transparente, um governo responsável e um Governo que, acima de tudo, vai cumprir as metas que se propôs.

Para terminar, os senhores, Sr. Deputado Vasco Cordeiro (na altura Presidente Governo, Sr. Vice-Presidente (na altura com responsabilidade já nas finanças)

não pagaram e obrigaram este Governo a pagar quase meio milhão de juros de mora da empreitada da ampliação do porto de pescas de Rabo de Peixe e das obras de melhoramento ...

Presidente: Sr. Deputado, te de terminar, se faz favor.

O Orador: É obra de 2012, faturas de 2014 e que só agora efetivamente bateram neste Governo que obriga a esse pagamento de meio milhão de euros.

A pergunta é muito simples: porque é que os senhores não pagaram estas obras e porque é que deixaram os empreiteiros com esses calotes?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (Chega):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois se o Governo Regional irá executar ou não irá executar, eu também tenho essa expectativa e estou aqui atento para perceber.

O que eu não percebi foi porque é que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda falou para a frente, quando devia ter falado para trás em relação aos programas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Peço desculpa, tem razão, não aos programas, mas quanto a uma escola com falta de funcionários.

Variadas vezes o Chega disse que nós não podíamos ter escolas em que os auxiliares eram pessoas dos programas.

Houve o compromisso da Sra. Secretária que isto ia ser invertido e ao que parece está a ser invertido. Se há uma escola que não está a funcionar parece-me que o discurso tem de ser feito para aquela bancada.

Durante anos nós tivemos escolas que só tinham funcionários usando os programas. Muito poucos eram os funcionários que lá estavam e eu conheço uma que fica ao pé da minha casa. Bati-me durante anos. Espero que isso se inverta.

Deputada Sandra Faria (PS): Novamente a escola da rua!

O Orador: É desonesto intelectualmente vir dizer que há uma escola, quando nós sabemos como é que a maioria delas estavam a funcionar a nível de funcionários. Estes programas, este cancro social que são os programas, têm de acabar.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não foi o Bloco, foram os pais!

O Orador: As pessoas têm de ter estabilidade. Eu, como pai, nem sequer consigo conceber que uma escola tenha funcionários precários, a prazo, que não estão motivados. Isto tem de ser invertido. Eu recebi uma garantia que vou esperar que seja cumprida. Ainda é cedo. Vou estar aqui sentado e muito atento. Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não foi o Bloco que disse, foram os pais que disseram!

Deputado José Pacheco (Chega): Foi o Bloco!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PAN acho que é um bocado redutor o Governo atual fazer comparação com o Governo anterior, que era o diabo, que não fazia nada de jeito e que não tinha qualquer taxa de execução. Se usarmos isso como comparação, usar isso

como argumento para justificar a taxa de execução presente retira completamente os argumentos que foram usados no orçamento regional de 2021 e isso preocupa bastante o PAN, preocupa porque em vez de termos uma elevação, uma fasquia mais alta sobre aquilo que durante anos estiveram a queixar-se, fazem a comparação sobre o Governo anterior. Isso para nós é bastante grave.

Aquilo que também é para nós desconexo é o Sr. Deputado do Chega ter argumentos que parece que não são sobre este plenário, parece que não são sobre este ponto de agenda. Parece que estamos a falar de outra coisa qualquer. As duas intervenções eu não percebo temporalmente em que plenário é que nós estamos ...

Deputado José Pacheco (*Chega*): Depois faça-lhe um desenho!

O Orador: ... e esta semana já nos brindou com efeitos especiais com a boca, só nos falta agora dar os ingredientes do bacalhau com natas ou do tofu à lagareiro.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho apenas para assinalar novamente uma incongruência, no mínimo. Primeiro, depois de ter sido duas vezes chamado desonesto de formas diferentes, uma pelo Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, ...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*): Não, não. Falamos de política!

O Orador: ... outra pelo Sr. Deputado José Pacheco, desonestidade política, desonestidade intelectual, os insultos aqui têm via aberta. É curioso!

Mas de facto há aqui uma divergência na maioria e nos partidos que a suportam e não percebo essa divergência.

O Governo ainda esta semana e a maioria elogiou a criação da tarifa Açores, a contratação de professores, de médicos, de enfermeiros... vem o Sr. Deputado do Chega dizer “a culpa de não haver funcionários na escola das Anexas em Ponta Delgada é do anterior Governo”. Este Governo que fez tanto em tão pouco tempo, 10 meses, não teve tempo de contratar três ou quatro funcionários para uma escola. É de facto curiosa esta articulação entre esta maioria que nem sequer consegue combinar argumentos.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (Chega): Eu não sou do Governo, Sr. Deputado, eu sou oposição!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Délia Melo pede a palavra para?

Deputada Délia Melo (PSD): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada, para uma interpelação, mas não pode ser por telefone.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Peço esta interpelação para fazer chegar à Mesa para depois distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados a notícia, já que esgotámos o nosso tempo, que responde àquilo que foram as acusações do Sr. Deputado António Lima, porque de facto o Sr. Deputado pegou na parte que lhe interessava da notícia, mas esqueceu-se de dizer aquilo que também consta que é a resposta e eu passo só a ler aqui um bocadinho para nós percebermos.

Presidente: Sra. Deputada, nós depois lemos a notícia.

A Oradora: Não vou ler a notícia na íntegra, só mesmo aquilo que nos interessa. Diz que aqui que já há alguns anos que temos vindo a dizer à tutela que necessitamos de assistentes operacionais e a resposta da tutela anterior foi de que tínhamos ...

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

A Oradora: ... mais do que necessitávamos de acordo com a legislação em vigor, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora aí está!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

A Oradora: ... o que não é a postura da atual Secretária Regional da Educação. Portanto, vou fazer chegar à Mesa.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Assim que a Mesa rececionar a notícia vai distribuí-la.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Rui Martins pediu-me uma posição do relacionamento do Governo Regional com o Governo da República relativamente ao furacão Lorenzo.

Nós tivemos aqui já um primeiro debate penso que em junho sobre o furacão Lorenzo e, entretanto, houve evolução da situação e da própria execução. Da

contribuição do Governo da República para os prejuízos do furacão Lorenzo no montante de 198 milhões de euros a Região recebeu de adiantamento 20 milhões. O ano passado, 2020, estavam 20 milhões previstos e não foram transferidos ainda como adiantamento e este ano estavam orçamentados e estão orçamentados no orçamento de estado 38 milhões de euros. A execução que se prevê para o fim do ano ultrapassa 40 milhões de euros do global da execução do furacão Lorenzo, o que nos permitiu pedir quando fizemos a proposta da ilegibilidade e das condições de pagamento 20 milhões para este ano. Isso foi incluído na agenda da cimeira realizada a 2 de setembro.

Mas a 1 de setembro saiu um despacho assinado pelo Sr. Primeiro-Ministro em que este ano nos atribuía apenas pouco mais de 1 milhão, cerca de 2 milhões de euros. Portanto, sobre esta matéria estamos a dialogar com o Governo da República no sentido de ver se ainda é possível este ano executar os 20 milhões que se adequariam à execução física e financeira do furacão Lorenzo.

Portanto, o ponto de situação eu diria que o despacho foi um pouco anterior ao clima que se gerou com a cimeira de 2 de setembro, que temos de reconhecer que foi um clima de cooperação muito positivo e de vir ao encontro das necessidades do Governo Regional.

Também me parece que era muito útil, já que estamos a falar aqui de execução dos investimentos, dar conta dos inúmeros apoios que este ano foram feitos ao tecido económico regional e que ainda não tinham sido falados. Eu julgo que há, com certeza, muito interesse dos açorianos sobre esta matéria.

O programa APOIAR.PT tem sido um enorme sucesso. Já foram pagos 30 milhões de euros dos cerca de 40 milhões que vão ser afetos a este apoio e que são financiados pelo REACT.

Também da linha de crédito de apoio à economia, estão na economia açoriana 162,3 milhões de euros, mas sob a forma de empréstimos, mas há uma subvenção muito significativa. Isto é, os empresários que contraíram estas

operações sabem que quando forem fazer o respetivo pagamento só o farão a menos de metade, porque os programas de manutenção de Emprego I com 46,7 milhões de euros e o programa de manutenção de Emprego II que tem mais de 40 milhões de euros significa que mais de metade destas importâncias não constituem verdadeiras obrigações.

Deputado Carlos Silva (PS): Ainda não sabe! Não respondeu!

O Orador: Portanto, estamos a aplicar os critérios de elegibilidade que os próprios empresários conhecem, sabem que este é o processo de mera verificação, não existe julgamento relativamente ao mérito ou demérito, trata-se apenas de cumprir as respetivas condições. Também a melhoria que se fez em algumas destas matérias. Veja, por exemplo, que o programa de apoio aos custos operacionais no setor do turismo, apesar de ter sido apresentado como uma solução muito boa o ano passado, só conseguiu executar 2 milhões 453 mil euros. Portanto, há aqui uma diferença muito grande na eficácia dos programas que estão aqui em causa.

Portanto, em resumo, o que também gostava de fazer neste balanço final é que nós estamos numa situação muito confortável relativamente à execução, exatamente por estarmos na mesma posição que o XII Governo estava nesta data, porque temos um dossier que permite completar a execução orçamental, que é o dossier Sata, porque tivemos uma razão muito óbvia relativamente à mudança entre junho e julho ...

(Aparte inaudível do Deputado Carlos Silva)

O Orador: Diga, Sr. Deputado?

Até me perdi!

... também mostrou que a necessidade, por exemplo, na mudança do departamento da Direção Regional da Educação para outra direção regional, por

exemplo, fez com que no relatório de junho aparecesse a zero aquilo que na verdade já estava executado a 100%.

De tudo isto, é com esta mensagem de ordem, de determinação, de disciplina, que nos apresentamos aqui, no Parlamento, e que da parte do Governo concluimos a nossa intervenção.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Atingimos a nossa hora regimental para o almoço.

O Sr. Secretário vai atualizar os tempos sobrantes. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 2 minutos e 25 segundos; o PS, 5 minutos e 2 segundos; o PSD esgotou o seu tempo; o CDS, 9 minutos e 45 segundos; o Bloco de Esquerda, 3 minutos e 3 segundos; o PPM, 1 minuto e 55 segundos; o PAN, 8 minutos e 36 segundos; a Iniciativa Liberal, 4 minutos e 29 segundos; o Sr. Deputado Independente, 47 segundos; e o Chega, 6 minutos e 43 segundos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Até logo. Bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Vamos dar continuidade.

Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção neste debate, nesta interpelação ao Governo, para deixar dois registos à câmara que me parecem importantes e que ficam nos Diários das Sessões.

Um, é que da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que não está aqui, pode aferir-se que a execução deste plano e deste orçamento será de 85%. Que fique registado em Diário das Sessões que assim é.

Mas o que fica também registado neste Diário das Sessões e relativamente às perguntas que fiz ao Sr. Secretário Regional dos Transportes, que também não está presente na sala, mas também não faz falta nenhuma, é que o Sr. Secretário dos Transportes não sabe do que fala, nem sabe o que vem dizer aqui, a esta Assembleia, e isto é grave, Srs. Deputados. É grave, Sr. Presidente do Governo, é muito grave aquilo que vou dizer agora.

O Sr. Secretário dos Transportes respondeu-me daquela tribuna que a obra do porto de Ponta Delgada iria ser lançada na próxima semana a tempo de recebermos os fundos da coesão.

Pois, é lamentável que o Sr. Secretário Regional dos Transportes não tenha dado a resposta correta, porque a resposta correta era que a obra foi lançada no dia 24 de setembro na plataforma às 16:55 da tarde.

Como é que é possível uma obra daquele montante o Sr. Secretário Regional dos Transportes não saber que já está lançada?

Só quando fui verificar é que vi que a obra está lançada, imaginem, desde as cinco para as cinco da tarde do passado dia 24 de setembro.

Isto é lamentável, Sr. Presidente do Governo, e é bom que se registre, porque ou não há comunicação entre a empresa Portos dos Açores e o Governo; ou então quando há comunicação o Sr. Secretário que tutela aquela empresa, uma das mais importantes para a economia dos Açores, não sabe do que é que fala.

É lamentável! É para mim, talvez, o pior momento de todo este debate, desta interpelação ao Governo.

Não é uma dúvida sobre um número, não é se vamos executar 75, se vamos executar 85, se é verdade, se é mentira, se é mais verdade, e é menos mentira. É um facto. O Sr. Secretário disse dali que a obra vai a tempo de ser lançada na próxima segunda-feira, ou seja, até ao dia seis e afinal a obra está lançada desde o dia 24 de setembro.

Haja paciência!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Antes, antes do que depois!

Deputado Nuno Barata (*IL*): Era bom esclarecer isto!

Deputada Sandra Faria (*PS*): Realmente, parece que isto tem muita piada!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Isso é que é lamentável!

Deputado Nuno Barata (*IL*): Lamentável é a ignorância. Isso é que é lamentável!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições pergunto ao Governo se quer usar o tempo que tem para encerrar, da sua parte, o debate.

Não.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista ainda tem tempo.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, quer encerrar o debate? Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Sérgio Ávila** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PS trouxe a este plenário este debate de urgência e podemos dizer que cumpriu parcialmente aquilo que eram os nossos objetivos para este debate. Cumpriu, porque hoje sabemos e foi assumido pelo Governo de que do investimento público que anunciou que ia executar este ano há cinco meses atrás, hoje já assume que ficarão por executar, pelo menos, 150 milhões de euros do investimento aprovado nesta Casa há cinco meses atrás.

E com esta baixa daquilo que foram os compromissos assumidos, daquilo que foi o compromisso e a promessa feita ainda há cinco perante os Srs. Deputados e que levou um conjunto de grupos parlamentares a acreditarem neste plano, hoje sabem, passados apenas cinco meses, que uma parte significativa desses compromissos não serão cumpridos este ano.

Segundo aspeto é perante os dados que foram irrefutáveis da execução do primeiro semestre de 2021 foi argumentado e justificado com dois aspetos: regime duodecimal e entrada em funcionamento das novas orgânicas. Para não se olhar para a execução do primeiro semestre avançou-se o anúncio da execução dos primeiros nove meses do ano. Ora bem, aí a situação não melhora, senão vejamos.

Se no primeiro semestre de acordo com o relatório apresentado a execução era por trimestre 14,7% do investimento, no terceiro trimestre, de acordo com o anúncio do Sr. Secretário Regional das Finanças a execução foi 16,7%. Ou seja, afinal o problema não estava no regime duodecimal, afinal o problema não estava nas novas orgânicas, porque a execução do terceiro trimestre, de acordo com os dados hoje anunciados pelo Governo, foi de apenas 16,7%. Só mais dois pontos percentuais do que o primeiro semestre do ano. Foi esta a realidade que o Governo trouxe a esta Casa.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Mas é igual ou superior à sua?

O Orador: E o mais impressionante é que perante números idênticos houve mudanças completas de postura. Quem ontem achava que era mau, e volto a

citar, estavam a enganar os açorianos, estavam a iludir com propaganda de milhões, exatamente uma realidade idêntica que ontem achavam tudo isso, hoje acham bem.

Ora bem, o que é importante para o futuro, e é essa a parte que não foi cumprida deste debate, é que a promoção deste debate tem um objetivo construtivo: primeiro, aferir da credibilidade (hoje que vai ser entregue e conhecida a anteposta do plano do próximo ano) da capacidade de concretização do Governo.

Como tudo na vida, há sempre situações a melhorar, a corrigir, trajetórias a aperfeiçoar e deste debate não surgiu uma única situação em que o Governo ou os partidos que o suportam tenham dito “sim, têm razão, podíamos ter feito melhor, podíamos ter feito mais, vamos corrigir isto, vamos alterar aquilo.”

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*): Dê-nos o seu exemplo!

O Orador: Quando se tem essa postura, que não é uma postura propriamente humilde, essa parte do debate não ficou efetivamente cumprida, porque nós não queremos que cada vez mais tenhamos a convicção que é um Governo que fala muito e cumpre pouco, é um Governo que muito anuncia, mas pouco faz, é um Governo que infelizmente devia falar menos e fazer mais para que a Região não pare.

Foi esse o nosso objetivo de promover este debate, foi esse o nosso contributo construtivo para o futuro dos Açores, porque os açorianos merecem, porque é isso que os açorianos precisam.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS*)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrado este debate.

Vamos prosseguir com os nossos trabalhos com a Agenda.

Foi deliberado pela Conferência de Líderes que o ponto 13 – “Projeto de Resolução n.º 54/XII” seria retirado da Agenda.

Avançamos assim para o ponto 14 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XII – “Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pelas Representações Parlamentares do PAN e da Iniciativa Liberal.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN)**: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Representações Parlamentares do PAN e da Iniciativa Liberal vêm hoje apresentar a esta Assembleia uma iniciativa que pretende proceder a uma reestruturação da orgânica dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A atual orgânica da Assembleia Legislativa Regional foi aprovada por Decreto n.º 54/2006, com alterações introduzidas pelo DLR n.º 3/2009 e pelo 43/2011.

Considerando a crescente exigência dos trabalhos parlamentares pretende-se reforçar com nova orgânica os apoios de carácter técnico, jurídico e orçamental à realidade atual, trabalhando para adaptar e harmonizar a conformação de parâmetros dos serviços.

Os objetivos principais são a acomodação das competências dos órgãos de gestão da Assembleia ao atual quadro administrativo, ajustar o apoio às representações e grupos parlamentares que assumem substancialmente um acompanhamento cada vez mais desafiante e exigente.

Tendo em conta o crescente rigor técnico na apreciação das matérias em discussão, bem como o grau de responsabilidade das decisões e respetivo

impacto, verifica-se a necessidade também ela exponenciada de robustecer as equipas com profissionais adaptados às necessidades sentidas de forma igualitária, proporcional, justa e equitativa por todos os partidos com assento parlamentar, salvaguardando-se a dignidade laboral de todo o respeito pelas atividades parlamentares desenvolvidas, considerando desta forma o atual quadro pluripartidário da Assembleia Legislativa dos Açores que encerra em si mesmo um novo paradigma político no panorama da democracia açoriana urge proceder à atualização dos procedimentos, organização, estruturação e tramitação dos seus serviços e instrumentos da gestão administrativa e financeira com vista à sua eficiência, racionalização e otimização por forma a garantir uma maior transparência.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar o sentido de voto do Bloco de Esquerda nesta iniciativa. Concordando nós com os objetivos, com os princípios até com a forma de organização que está disposta nesta proposta de orgânica que nos parece ir no caminho certo e concordamos com a generalidade dos artigos, há apenas uma questão que é substancial e de enorme importância que é o (se não me falha a memória) n.º6, do artigo 33.º, que diz respeito aos grupos parlamentares, que tem como efeito um acréscimo de despesa que no momento em que vivemos de incerteza relativamente ao presente e ao futuro próximo nos parece não prudente de o fazer neste momento.

É uma questão de momento, de *timing* e nesse sentido o Bloco de Esquerda irá votar contra a iniciativa, concordando com os seus objetivos, mas considerando que o momento não é o mais adequado, tendo em conta a incerteza que ainda vivemos infelizmente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com efeito as alterações que este documento propõe afiguram-se necessárias para o bom funcionamento, desde logo desta Casa e do desempenho de funções dos funcionários desta Casa, mas também procurou criar aqui algumas novas regras para o apoio aos partidos que têm assento nesta Casa.

O que é certo é que não obstante esse documento já ter sido disponibilizado a todos os deputados há alguns dias, o que é certo é que a última alteração entrou à aproximadamente 1 hora e meia no email de cada um dos Srs. Deputados e como perceberão é humanamente impossível analisar todo este documento, de cima abaixo, com todas as alterações que eventualmente possam refletir aquilo que foi alterado nessa última proposta.

Em função disso, e como não gosto de “jogar totoloto”, passo a expressão, porque isto não é uma questão de “1 x 2”, aqui temos mesmo de perceber o que é que estamos a votar, eu não posso, de forma nenhuma, em consciência, fazer uma votação de sim ou de não relativamente às propostas que são apresentadas.

Quero ainda dizer que no decurso da apresentação, de toda a tramitação necessária até à aprovação desse documento, também apresentei algumas propostas de alteração, nomeadamente entre os artigos 31.º e 35.º. O que é certo

é que estas alterações que apresentei tinham como objetivo responsabilizar mais os partidos por aquilo que é o dinheiro que é gasto pelos partidos de forma direta e indireta. Portanto, essa observação na minha forma de ver é determinante. Não pode o orçamento desta Casa ficar pendente da boa ou má disposição dos Srs. Deputados, onde eu me incluo, de realizar mais ou menos despesas, porque na realidade a situação atual é que as despesas realizadas pelos deputados e pelos partidos é um documento em aberto que só no final do ano é que se consegue ter a perfeita noção da estrutura de custos. Isso é contra os meus princípios, isso é contra aquilo que eu jurei defender nesta Casa, isso é contra aquilo que eu acredito que é a intenção dos açorianos. Portanto, eu acho que os açorianos têm o direito de saber em sede de aprovação do orçamento desta Casa quanto é que vai custar o funcionamento da Assembleia Regional e no modelo que está aqui definido e que agora se pressupõe que será aprovado não há essa garantia de qual é o valor exato que se vai gastar.

Portanto, conforme eu disse não é o modelo que eu defendo e não sendo o modelo que eu defendo eu vou votar conforme aquilo que são as minhas convicções, sendo que na maioria dos pontos que serão postos aqui em discussão obviamente vou-me abster, porque, como disse, não há forma humana de fazer uma análise em rigor sobre a forma como se vai votar esses pontos daqui por alguns momentos.

Eu acho que nesta manhã andámos aqui a discutir coisas muito interessantes e até importantes, é certo, mas também aqui existe essa responsabilidade e enquanto durante a manhã não tínhamos a responsabilidade de votar nada, estávamos apenas aqui a fazer uma análise política da situação, o que é certo é que agora estamos a votar coisas em concreto, estamos a votar valores em concreto, estamos a votar o futuro de algumas pessoas e, conforme eu disse, não há condições para que se faça uma perfeita análise dessa situação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, dizer que estas alterações, e até na sequência daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado, daqui depende da vida de todas as pessoas, de todos os açorianos, porque nós estamos aqui a tomar decisões que vão influenciar a vida dos açorianos.

Dizer também, e na sequência daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado António Lima, que no entender do CDS este é sim o momento para se proceder a estas alterações por vários motivos. Primeiramente, porque realmente estamos a viver um tempo diferente, mas também um tempo muito exigente e exigente nas nossas funções aqui, nesta Casa, porque todos os dias temos que avaliar, temos que analisar, temos que tomar as nossas posições em diversas matérias e muitas vezes, principalmente para os partidos mais pequenos, nós sentimos essa dificuldade que tem sido sentida acrescidamente e também derivado a essa realidade que estamos a viver, derivado a uma realidade parlamentar diferente daquela que tínhamos anteriormente e parece-nos que é importante dotar os grupos e as representações parlamentares de recursos humanos que nos permitam avaliar e tomar as nossas decisões políticas aqui, nesta Casa, e que vão influenciar a vida de todos os açorianos.

Portanto, parece-nos que este é o momento.

A proposta apresentada beneficia todos os grupos e representações parlamentares e também existe um outro aspeto que é importante e que está revisto nesta proposta da Iniciativa Liberal e do PAN que é a questão também dos serviços da Assembleia e também resolver aqui algumas questões que se

colocavam há alguns anos e com esta iniciativa elas ficarão ultrapassadas também para um melhor desempenho por parte dos serviços.

Como tal, parece-nos que é este o momento para que se consiga também dar este passo, numa realidade parlamentar diferente, numa realidade da nossa sociedade diferente, mais exigente e que é importante que todos os dias quando estamos aqui a decidir o futuro dos açorianos saibamos em consciência o que é que estamos a fazer, que analisemos as propostas da melhor forma, porque a verdade é que muitas vezes deparamo-nos com um grande volume de trabalho, com uma grande exigência e como é natural não podemos saber de tudo, nem de todas as coisas, e, como tal, isto parece que nos vai permitir fazer esse trabalho ainda de uma forma melhor a todos nós e é isso que os açorianos esperam de nós, é que tomemos as nossas decisões o melhor possível, para o benefício de todos.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: Só queria que ficasse registado que não foi a pedido, foi por respeito, o PAN e o IL, juntamente com os serviços, enviámos ao Sr. Deputado Independente antes de enviar oficialmente para conseguir alterar os seus artigos da proposta de alteração. Foi feito por respeito.

Eu, pessoalmente, fui ter com o Deputado Independente e não foi uma hora e um quarto, foram três horas para avaliar. Se foi pouco ou não depende obviamente do ponto de vista.

Também me recordo que o mesmo Sr. Deputado Independente, que antes era Sr. Líder Parlamentar do Chega, fez um intervalo, deu-nos cinco minutos, fez uma alteração para nós votarmos logo de seguida. Acontece no Parlamento.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho de responder muito depressa, porque é certo que também na condição que estou agora tenho muito menos tempo, mas também, e só lembrando antes de responder ao Sr. Deputado Pedro Neves, é que embora tenha menos tempo e tenha menos benesses em termos de composição de gabinete, tenho exatamente a mesma responsabilidade de qualquer deputado num grupo parlamentar, ou numa representação parlamentar.

Portanto, a minha capacidade de análise terá de ser igual a de qualquer deputado desta Casa, mesmo com os quase sem recursos que agora tenho. Não me estou a queixar disso, isto não é uma queixa, mas apenas para fazer um ponto de situação.

Eu tenho exatamente as mesmas responsabilidades que qualquer deputado desta Casa.

Devo dizer que agradeço efetivamente o gesto do senhor que se dirigiu até a mim para, no fundo, eu fazer as alterações à minha proposta. As alterações foram feitas e foram entregues a tempo. Só que temos de ter em atenção uma coisa, Sr. Deputado, todo o documento, o documento inicial que os senhores apresentaram há umas semanas atrás, tem muitas diferenças relativamente ao documento que estamos aqui a discutir agora. Portanto, não se situa só nos pontos do 31 ao 35. Situa-se em mais pontos. Portanto, uma análise correta não

me podia limitar apenas a dizer “alterou-se os meus artigos, pronto, o documento está bom”. Não! Há mais elementos neste documento que eram motivo de análise. Como não vou ter essa possibilidade de analisar, obviamente que não posso votar em confiança, porque isto não é um jogo de confiança.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Parecendo não haver, podemos passar à votação deste diploma. Parece que sim.

Vamos começar por votá-lo na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário, para o anúncio da votação.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XII foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos contra do BE, 1 do Chega e 1 abstenção do Deputado Independente, isto na votação na generalidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

Parecendo não haver, os primeiros 30 artigos do diploma não são alvo de nenhuma alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Não havendo oposição, estão à votação do 1.º ao 30.º artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Faça favor.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão à votação as propostas de alteração do Sr. Deputado Independente ao artigo 31.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado.

Está à votação o artigo 31.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do artigo 32.º apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi reprovada com 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado.

Está à votação o artigo 32.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Sr. Deputado Independente ao artigo 33.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça favor.

Deputado António Lima (BE): Pedia, se possível, que fosse votado o n.º 6 separadamente.

Presidente: O n.º 3 separadamente?

Deputado António Lima (BE): O n.º 6!

Presidente: Muito bem.

Então vamos votar o n.º 6 do artigo 33.º.

Está à votação o n.º 6 do artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O número do artigo 33.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Estão à votação os restantes números do artigo 33.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os restantes números do artigo 33.º colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Sr. Deputado Independente ao artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi reprovada com 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 34.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 34.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Muito obrigado.

Está à votação a proposta de eliminação do n.º 2, do artigo 35.º apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi reprovada com 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 35.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 35.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Do artigo 36.º ao 47.º não há propostas de alteração. Pergunto há câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Não havendo oposição, estão então esses artigos em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Sr. Deputado Independente ao artigo 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está à votação o artigo 48.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Os restantes artigos do diploma não são alvo de nenhuma alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto, os artigos 49.º, 50.º e 51.º.

Então estão à votação esses três artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passemos então à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XII foi aprovado em votação final global com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 2 votos contra do BE e 1 do Chega e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está assim encerrado este ponto da nossa Agenda.

Avançamos para o ponto 15: **Projeto de Resolução n.º 73/XII – “Segunda alteração à Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, que aprova o elenco das Comissões Especializadas Permanentes”**.

Este diploma foi consensualizado na Conferência de Líderes.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 73/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem.

Alerto que acabámos de votar naturalmente o projeto de resolução, a substituição integral, que havia sido feita deste diploma, para que fique devidamente esclarecido.

Encerrámos mais este ponto da nossa Agenda.

A Sra. Deputada Bárbara Chaves pede a palavra para?

Deputada Bárbara Chaves (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada, para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Permita-me Sr. Presidente que utilize e abuse desta figura regimental para me dirigir a si e a toda a câmara nesta que é a minha última intervenção neste Parlamento, nesta legislatura que se iniciou no ano passado.

Durante os últimos 13 anos tive a honra de servir a Região e o Parlamento dos Açores. Durante estes anos cresci, cresci muito, com responsabilidade e muita motivação desenvolvi competências e capacidades algumas que nem sabia que tinha: a capacidade de criar consensos, a capacidade de isenção, a capacidade

de ouvir, de gerir situações de conflito, de aprender e, caros amigos, aprendi muito.

Durante seis anos tive a honra de partilhar aquela Mesa da Assembleia com uma grande mulher e deputada, Ana Luís.

(Aplausos da Câmara)

Com ela criei uma amizade e uma cumplicidade únicas que levarei comigo para sempre e quero aqui, neste momento, partilhar convosco e realçar. Conheci com ela o outro lado do Parlamento, algo que só se conhece quando se está naquela Mesa, perceber todo o funcionamento da Assembleia, a dedicação e o profissionalismo dos funcionários da nossa Assembleia numa experiência única e muito enriquecedora.

Tive também a honra, nesta câmara, nesta Assembleia, de presidir a duas comissões permanentes: a Comissão de Economia, substituindo o meu camarada e amigo Miguel Costa, e já nesta legislatura presidir à Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, comissão aliás que já tinha sido relatora, aquando da presidência do camarada Francisco Coelho.

De todo este percurso nesta Casa gostaria de destacar sim a amizade, a amizade que levo comigo, de muitos deputados, membros do Governo com quem tive oportunidade de trabalhar, uns que aqui estão, outros que terminaram as suas funções de deputados e que seguiram outros rumos, outros caminhos, e outros como o Paulo, o António, a Zuraida e o André que já não estão entre nós, mas que os referencio porque marcaram o meu percurso parlamentar, o meu percurso político.

Uma especial referência, se me permitem os outros grupos e representações parlamentares, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Presidente Vasco

Cordeiro, também ao Presidente Carlos César e a todos os deputados que tive oportunidade de trabalhar ao longo destes 13 anos e que fazem parte da minha vida e que são parte da minha família.

Obrigada a todos.

(Aplausos de pé da câmara)

Vou continuar, Sr. Presidente, só mais um pouco.

Dizer-vos que na política não há amigos, mas levo deste Parlamento muita gente no coração, como disse deputados, funcionários, membros do Governo, adjuntos, assistentes do apoio parlamentar. Deixo o Parlamento, mas acreditem que continuarei por aí, a desempenhar outras funções na ilha de Santa Maria como Presidente de Câmara Municipal de Vila do Porto, presidente de todos os marienses, numa função que os marienses me confiaram e que desempenharei com toda a energia, com toda a motivação, com rigor e muita responsabilidade, com a mesma dedicação e empenho que durante estes 13 anos desenvolvi aqui, no Parlamento dos Açores.

Por último, caros amigos, pedir-vos, que façam sempre tudo aquilo que puderem e estiver ao vosso alcance para dignificarem o vosso mandato e que trabalhem sempre para as pessoas, para as pessoas que lá em casa esperam o melhor de todos nós, o melhor de todos vós, esperam a vossa dedicação e todo o vosso trabalho.

É uma honra servir os Açores.

Bem-haja a todos.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, creio que também para uma interpelação. Tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tive muito tempo, nem muitos anos de mandato cumprido nesta Casa dos Açores, nesta Casa da Autonomia, mas quero aqui perante todos reafirmar duas ou três palavras.

A primeira, é enaltecer os trabalhos superiormente dirigidos por esta Mesa que foi eleita por nós todos e que tem efetivamente conduzido os trabalhos nesta Assembleia Regional de forma exemplar e que merece o meu reconhecimento.

Em segundo lugar, agradecer aos deputados do PSD, deste grupo parlamentar, que apostaram e confiaram no meu trabalho. Foi uma honra ter sido líder parlamentar do PSD nesta legislatura e a todos agradeço do meu grupo parlamentar, como também jamais esquecerei a solidariedade, o trabalho, o empenho que desenvolvemos com o Grupo Parlamentar do CDS-PP, com a Sra. Deputada Catarina, e com o Sr. Deputado Paulo Estêvão, do PPM, no desempenho daquilo que nos une, que é servir os Açores, servir o povo dos Açores.

Sei que muitas vezes provoquei alguma irritação nesta Casa, mas creiam todos que tudo isto foi sempre em prol daquilo que mais nos une do que nos separa: a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado a todos.

(Aplausos de pé dos deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, IL, Chega e do Deputado Independente)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Vânia Ferreira.

(*) **Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Caros Colegas, Membros do Governo:

Fazendo o abuso da figura regimental, não podia deixar após 10 meses de trabalho nesta Casa de vos deixar uma palavra de agradecimento a todos, não só ao Grupo Parlamentar do PSD, mas a todos os grupos parlamentares, pela experiência que aqui vivi que marcou sem dúvida a minha vida, mas após o investimento, digamos assim, numa nova fase de vida e tendo saído vitoriosa no último domingo, parto para a Terceira, para a minha terra, para a Praia da Vitória, a qual pretendo defender a todo o custo, mas pedindo o máximo da vossa colaboração. Sei que farão de tudo para defender os Açores como tem sido feito até aqui.

Aos que virão desejo as maiores felicidades, aos que ficam também.

Agradeço-vos a todos, a todos os funcionários o carinho e o respeito com que tiveram para comigo.

Muito obrigada a todos.

(Aplausos de pé dos deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, IL, Chega e do Deputado Independente)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já tinha feito a minha despedida, digamos assim, na terça-feira, no entanto, também para não deixar passar esta oportunidade queria uma vez mais

agradecer à Mesa, a todas as Sras. e Srs. Deputados, todos os colegas aqui presentes, toda a consideração que sempre manifestaram por mim.

Uma vez mais penitenciar-me pelas minhas falhas, por um ou outro momento mais quente.

Dizer-lhes também que, como foi aqui referido pelos vários colegas, por vezes na política podemos exceder-nos, mas sempre com respeito uns pelos outros e com a dignidade que estas funções exigem.

Portanto, gostava de agradecer a todos. Agradecer também de forma muito sentida aos funcionários do Parlamento Regional, que são importantíssimos para o trabalho que o primeiro órgão da autonomia desenvolve e muitas vezes quem está em casa não tem essa noção, mas são efetivamente muito importantes para o trabalho que é aqui desenvolvido e também uma vez mais reiterar a minha disponibilidade para colaborar em tudo aquilo que puder ser útil com todos os deputados e com o Parlamento Regional enquanto órgão institucional.

Muito obrigado a todos e, como também já foi dito, continuaremos a encontrar-nos, porque tenho a honra de ir presidir a uma câmara municipal onde está sediada a Assembleia Legislativa, portanto, certamente nos veremos sempre, todos meses, aqui, na ilha do Faial.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé dos deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, IL, Chega e do Deputado Independente)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Eu queria neste momento, em nome, creio que de todos, do Parlamento, agradecer à Sra. Deputada Bárbara Chaves, à Sra. Deputada Vânia Ferreira, ao Sr. Deputado Carlos Ferreira, ao Sr. Pedro do Nascimento Cabral todo o vosso trabalho, toda a forma digna e responsável como creio que reconhecemos todos

que exerceram o vosso mandato. Felicitar-vos pela vossa eleição e aproveito também aqui para felicitar os outros Srs. Deputados que foram eleitos para outras funções autárquicas também igualmente importantes ...

(Aplausos da Câmara)

... e também desejar-vos as maiores felicidades, porque vão continuar a servir os açorianos noutras funções, em funções que são igualmente exigentes, portanto, o vosso bom desempenho será, com certeza, um forte contributo para o desenvolvimento da nossa Região. É isso que nos une e é para isso que nós trabalhamos todos nas mais diversas funções.

Muitas felicidades e boa sorte a todos.

(Aplausos da Câmara)

Sras. e Srs. Deputados, proposta de deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Estão concluídos os nossos trabalhos.

Convidava os Srs. Deputados Bárbara Chaves, Carlos Ferreira, Vânia Ferreira e o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral para me acompanharem ao meu gabinete.

Estão concluídos os nossos trabalhos.

Bom regresso às vossas ilhas aqueles que vão viajar e bom trabalho a todos.

Eram 15 horas e 58 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Elisa Lima Sousa

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1- Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios – MAAC - (Reg. DL 1214/XXII/2021) - n.º 45/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 09 – 28

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 18.

2- Proposta de Decreto Legislativo Regional:

N.º 17/XII

Assunto: Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 54-A/2021, de 25 de junho

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 24

Comissão:

A 27 DE SETEMBRO DE 2021 A INICIATIVA LEGISLATIVA FOI RETIRADA PELO PROPONENTE

3- Projeto de Resolução:

N.º 73/XII

Assunto: Segunda alteração à Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, que aprova o elenco das Comissões Especializadas Permanentes

Proveniência: Presidência da ALRAA/PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/CH/IL/PAN

Data de Entrada: 2021 – 09 – 27

Comissão: -----

AGENDADO PARA A SESSÃO PLENÁRIA DE SETEMBRO DE 2021

N.º 74/XII

Assunto: Campanha institucional de promoção dos Açores em parceria com as empresas de lacticínios

Proveniência: Deputado Independente

Data de Entrada: 2021 – 09 – 28

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2021 – 10 – 28.

4- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Orgânicas dos Departamentos do XIII Governo Regional

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 09 – 27

Referência: 54.02.00 – N.º 145/XII;

5- Informações:

Assunto: Ofício n.º 314/21, a enviar, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação aprovado em sessão ordinária do passado dia 10 de setembro, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, relativo à Escola do Mar dos Açores, pela certificação provisória pela DRE, como estabelecimento de ensino

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22;

Assunto: Ofício n.º 6322/2021, a acusar a receção e agradecer o envio de um exemplar da medalha alusiva aos 45 Anos da Autonomia dos Açores

Proveniência: Vítor Escária, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro de Portugal

Data de Entrada: 2021 – 09 – 27;

Assunto: Ofício n.º 314/21, a enviar, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de

Congratulação aprovado em sessão ordinária do passado dia 10 de setembro, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, relativo à Escola do Mar dos Açores, pela certificação provisória pela DRE, como estabelecimento de ensino

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2021 – 09 – 22;

Assunto: Ofício SAI-GAPS/2021/599, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que considere sem efeito o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XII – Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 54-A/2021, de 25 de junho, bem como a retirada da referida iniciativa legislativa

Proveniência: Paulo do Nascimento Cabral, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 09 – 27;

Assunto: Requerimento a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o uso da palavra para apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 74/XII – Campanha institucional de promoção dos Açores em parceria com as empresas de lacticínios

Proveniência: Carlos Augusto Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2021 – 09 – 28;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 38/XII – Medidas de apoio aos artesãos dos Açores

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 09 – 28;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a prorrogação da suspensão do mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, até 5 de março de 2022 (inclusive)

Proveniência: Patrícia Miranda, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 09 – 29;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 58/XII – Criação de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento e fiscalização da execução dos fundos europeus na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 09 – 29;

Assunto: Substituição integral do Projeto de Resolução n.º 73/XII – Segunda alteração à Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, que aprova o elenco das Comissões Especializadas Permanentes

Proveniência: Presidência da ALRAA/PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/CH/IL/PAN

Data de Entrada: 2021 – 09 – 30;

Assunto: Ofício SE/2021/1128 a enviar as Demonstrações Financeiras do Setor Público Empresarial Regional – 2.º Trimestre de 2021

Proveniência: Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 09 – 30;

Assunto: Substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XII (PAN/IL) – Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Pedro Neves e Nuno Barata, Representações Parlamentares do PAN e do IL, respetivamente

Data de Entrada: 2021 – 10 – 01;

Assunto: Substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XII (PAN/IL) – Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Deputado Independente

Data de Entrada: 2021 – 10 – 01;

6- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 09 – 28;

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 09 – 28;

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 09 – 28;

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 09 – 28;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece as regras a que se deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução na ordem jurídica interna as obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2003/2003 – METD” - (Reg. DL 520/XXII/2020) – Audição 41/XII - GR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 09 – 28;

7- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 e as Separatas n.ºs 9-A, 10 e 11

A Redatora, Ana Machado